

o Preto



NOVA
Imprensa
Oficial
DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO

*Uma nova
Imprensa Oficial
para o Estado*



EDUCAÇÃO DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO COMEÇA A
JORNADA RUMO AO PÓDIO

HISTÓRIAS DE ISMAEL
SILVA, O INVENTOR
DO SAMBA CARIOCA

RIQUEZA ARQUITETÔNICA
É LEGADO DOS TEMPOS
DE GLÓRIA DO CAFÉ



RIO SEM HOMOFOBIA

Um lugar tão maravilhoso não combina com discriminação. Abra os olhos para a diversidade sexual. Respeite lésbicas, gays, travestis, transexuais e bissexuais.

Rio sem Homofobia é uma iniciativa do Governo do Rio de Janeiro. E pode ser a sua também! Homofobia é a discriminação e a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Como qualquer forma de preconceito, a homofobia deve ser combatida em todos os lugares e por isso o Governo do Rio tem o Programa Rio sem homofobia.

Uma iniciativa inédita nas áreas de assistência social, defesa de direitos, segurança pública, saúde, educação, cultura, trabalho e renda para promover a cidadania, conscientizar a sociedade e mostrar que respeitar a

diversidade sexual é um dever de todos e todas. Ações como o Disque Cidadania LGBT, o Centro de Referência e Promoção da Cidadania LGBT, Comissão Processante para o Cumpra-se da Lei Estadual 3406/00 contra a homofobia em estabelecimentos comerciais e o Conselho Estadual LGBT são alguns serviços disponíveis a toda a população. Faça parte do Rio sem Homofobia. A população LGBT merece o seu respeito.

Disque-Cidadania LGBT
0800 023 4567

Centro de Referência LGBT Capital
Praça Cristiano Ottoni, s/nº, Ed. Dom Pedro II, 7º andar, Central do Brasil
Horário: Segunda a sexta-feira, de 9h às 18h.

Centro de Referência LGBT Região Serrana
Av. Alberto Braune, 223, Centro Novo Friburgo (ao lado da Prefeitura)
Horário: Segunda a sexta-feira, de 9h às 18h.

Centro de Referência LGBT Baixada I
Rua Frei Fidélis, s/nº, Centro - Duque de Caxias (em frente ao Restaurante Popular e em frente à rodoviária)
Horário: Segunda a sexta-feira, de 9h às 18h.





Sérgio Cabral
GOVERNADOR

Regis Velasco Fichtner Pereira
SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL



Haroldo Zager Faria Tinoco
Diretor-Presidente

Renato de Oliveira Freitas
Diretor Administrativo-Financeiro

Jorge Narciso Peres
Diretor-Industrial

Rua Prof. Heitor Carrilho, 81
Centro - Niterói - RJ - CEP 24030-230
Telefone: 2717-4141 PABX

www.imprensaoficial.rj.gov.br

o Prelo

ANO VIII nº 25

Revista de Cultura da Imprensa
Oficial do Estado do Rio de Janeiro

Rua Prof. Heitor Carrilho, 81
Centro - Niterói - RJ - CEP 24030-230
Assessoria de Comunicação Social - ASCOP
Tels: (21) 2717-4682

Endereço eletrônico:
oprelo@imprensaoficial.rj.gov.br

Editado pela Assessoria de
Comunicação Social da Imprensa Oficial

Assessora de Comunicação:
Andréa de Freitas Machado

Redatores:
Procópio Mineiro
Luiz Augusto Erthal

Estagiários:
Mariana Florito
Renata Vieira
Christina Vidoto
Ricardo Chau

Programação Visual:
Regina Leitão
Angela Duque
Luís Fernando da Silva Reis

Revisão:
Assessoria de Comunicação Social
da Imprensa Oficial

IMPRESSA NO PARQUE GRÁFICO DA
IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NESTA EDIÇÃO



ENTREVISTA
04 A Educação fluminense
rumo ao pódio outra vez

MÚSICA
08 O criador do samba carioca



ESPORTE
12 RIO DE JANEIRO
Um Estado de Esportes



MODERNIZAÇÃO
16 A Nova Imprensa
Oficial do Estado do
Rio de Janeiro

LITERATURA
20 Mais de 60 anos
de reflexões sobre o Brasil
disponíveis às novas gerações



HISTÓRIA
24 Vestígios contam a
trajetória do café fluminense

MUNICÍPIOS
29 Uma viagem no tempo em Teresópolis

AS OPINIÕES EMITIDAS NAS MATÉRIAS SÃO DE RESPONSABILIDADE
EXCLUSIVA DOS AUTORES

A Educação fluminense rumo ao pódio outra vez

Secretaria de Educação lança plano ambicioso para os próximos quatro anos, com o objetivo de colocar o Estado do Rio nas primeiras posições do ranking nacional

LUIZ AUGUSTO ERTHAL

No futebol, nem sempre o clube mais querido, o de maior torcida ou mesmo o da mais arraigada tradição se mantém nas primeiras colocações da tabela do campeonato. Por vezes um time prestigioso chega a mergulhar na temida segunda divisão, para espanto e desalento de seus seguidores. No entanto, camisas emblemáticas têm a capacidade de reação inata aos vencedores e não raro surpreendem quando, em vertiginosa desforra, reescalam de súbito as posições perdidas para voltar ao topo da disputa.

Pois foi com o peso incômodo da “lanterna” ainda sobre os ombros, mas com a determinação dos conquistadores e o olhar fito no pódio que o secretário Wilson Risolia anunciou, no início do ano, um ambicioso plano para alavancar, em quatro anos, a Educação fluminense do 26º lugar no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) para uma das cinco primeiras posições nesse ranking. O planejamento prevê, entre outras ações, um investimento anual de R\$ 240 milhões, entre benefícios e bonificações dentro de um programa de metas para os professores, e foi comparado por ele com a intervenção que o Estado do Rio vem fazendo na segurança pública.

“Eu sei que isso será um caminho sem volta, assim como está sendo com a área da segurança”, vaticinou o secretário estadual de Educação em entrevista concedida a *O Prelo* dias antes do anúncio do novo Programa de Educação para o Estado do Rio de Janeiro, que ganhou, por sua dimensão, as manchetes dos principais jornais cariocas. Risolia salientou a importância estratégica desse planejamento para os próximos



Fotos: Divulgação

Secretário de Estado de Educação Wilson Risolia

anos também como forma de capacitar os jovens e atender a demanda de formação de mão-de-obra a ser provocada pela Copa do Mundo de 2014, as Olimpíadas de 2016 e o que ele chamou de pós-eventos, ou seja, o legado dessas competições para a economia do Estado.

Como na metáfora do futebol, onde a recuperação de uma equipe exige a motivação de seus jogadores, o novo “técnico” da Educação, que assumiu a pasta em outubro do ano passado, também resolveu focar o seu programa nos professores e alunos, “que formam o nosso público principal”. Ele aposta, sobretudo, na valorização de um exército de mais de 50 mil mestres dentro das salas de aula para dignificar o sistema educacional de um estado com ricas

tradições na área do ensino, onde surgiu a primeira escola normal do Brasil – o Liceu Nilo Peçanha, em Niterói.

Risolia preparou frentes de trabalho com vistas a implantar uma reestruturação organizacional e a remuneração variável dos professores, os quais também deverão ser capacitados e valorizados; estabelecer um currículo mínimo inicialmente para seis disciplinas; contemplar funções estratégicas da área pedagógica a partir de processos seletivos; criar a carreira técnica e a função de gestor; e, por fim, construir novas escolas, melhorando a infraestrutura das unidades já existentes. Essas ações fazem parte dos cinco pilares estabelecidos pelas Diretrizes Estratégicas da Educação: melhorar a condição do docente; estruturação da área pedagógica; meritocracia; financiamento das ações; e comunicação do plano de trabalho.

Wilson Risolia Rodrigues, 50 anos, é carioca, economista, com pós-graduação em Engenharia Econômica e Didática para o Ensino Superior, MBA em Finanças, Mestrado em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto di Studi Per Lo Sviluppo Economico, em Nápoli, na Itália. Trabalhou no Banco Mercantil, Funcef, Grupo Rossi e na Caixa Econômica Federal, onde exerceu diversas funções. Foi também diretor-presidente do RioPrevidência na primeira gestão do Governo Sérgio Cabral. Como secretário de Educação, assumiu a responsabilidade pela administração de 1.466 unidades escolares que atendem um público de 1,25 milhão de alunos e tem no corpo docente 78.252 professores ativos. Destes, aproximadamente 51 mil estão lotados nas unidades escolares.

Secretário de Estado de Educação Wilson Risolia

A Secretaria de Educação responde, em termos de infraestrutura e pessoal, por uma parcela preponderante da máquina do Estado. São números grandiosos, que superam os de grandes corporações empresariais e se aproximam aos de instituições como o Exército. Qual o modelo de gestão ideal para um organismo dessa magnitude?

Nós vamos trabalhar com a meritocracia. Vamos implementar o salário variável, porque teremos por escola uma curva de metas para 12 anos. É importante que se faça isso para cada unidade escolar saber desenvolver o seu planejamento político-pedagógico com uma visão de longo prazo – as necessidades que possui, quais são os *gaps* até mesmo pedagógicos que aquela unidade tem, os problemas de infraestrutura... O nosso modelo de renda variável contempla os dois fatores: passa pela área pedagógica, mas também passa pela qualidade física de uma unidade de ensino.

A Educação fluminense experimentou, ao longo de sua história, momentos de vanguarda, como o trabalho de Anísio Teixeira no antigo Distrito Federal, o Movimento Popular de Alfabetização do Go-

verno Roberto Silveira e a proposta dos Cieps, de Darcy Ribeiro e Leonel Brizola. O que fazer para o Rio de Janeiro voltar à liderança do ensino no Brasil?

A sociedade muda. Eu fui aluno da rede pública e não convivi com a tecnologia que o meu filho tem hoje. Uma sala de aula precisa atender a necessidade que o jovem hoje possui, que não é a mesma que se tinha há 20, 30 anos atrás. Acho que o desafio passa por aí. Esses alunos das escolas públicas, em sua maioria, são alunos da classe de renda mais baixa. Pesquisas mostram que, em mais de 70%, os pais fizeram até o Segundo Grau antigo. Esses jovens têm poucos estímulos, passando pela casa, pelo próprio meio social em que eles vivem para conseguir concluir o Nível Médio, porque muitos precisam trabalhar. O Nível Médio é o que compete ao Estado. Nós temos que pegar essas experiências passadas, esses bons exemplos, mas é preciso adequar à realidade do Brasil de hoje. Quem são esses jovens? Nós temos um trabalho de pesquisa que começou no início deste ano, similar à pesquisa realizada em 2008, que procurou

conhecer quem são esses alunos, onde vivem, que necessidades eles têm. Nós temos um índice de evasão escolar acima de 20%, que nos preocupa muito; temos um percentual de alunos com desca-samento de idade-série bastante grande. Isso estimula essa evasão. Na medida em que esse jovem repete o ano, ele vai se con-strangendo cada vez mais pelo fato de estar tão atrasado e acaba que abandona no meio do caminho. Nós temos um planejamento com cinco pilares. O primeiro pilar é o professor. Nós temos um plano, uma estratégia para esse indivíduo, que é um partí-cipe fundamental. O segundo é o aluno. Nesse pilar nós temos planos para tentar retê-lo para concluir o ensino médio e buscar uma universidade pública. Isso é uma sequência. Temos grandes pensadores, com políticas impor-tantes, meritórias, mas também temos tempos que precisam ser adequados e é o que nós estamos tentando fazer.

Essa pesquisa, então, deverá balizar as políticas educacionais da secretaria?

O planejamento que anunciamos no início do ano já foi baseado na pesquisa de 2008. De lá para cá, a sociedade mudou pouco. Então, sabendo disso, nós usamos a pesquisa que já tínhamos para desenvolver esse plano. Temos algumas informações importantes que vieram daí. Nós temos problemas em relação às meninas, por exemplo, com a gravidez infantil. Então, como resolver esse problema, tipicamente da sociedade de hoje? O jovem da comunidade carente está mais exposto a esse tipo de restrição. Não é trivial resolver esse tipo de problema, mas é preciso construir uma estratégia de Estado em que se contemple esse tipo de evento também. Os problemas são múltiplos: a jovem grávida, o jo-



Os professores em sala de aula serão premiados por uma programa de metas

vem com diferença de idade-série, o jovem que precisa trabalhar e vai para a aula à noite... Não é trivial administrar tantas variáveis assim.

A secretaria teria, então, um papel social bem mais amplo do que a própria questão do ensino?

A educação pública de hoje, do século XXI, pressupõe que o aluno tem pouco acesso à cultura e ao entretenimento. Então é preciso incluir no pacote iniciativas complementares à sala de aula, levando a cultura, levando o lazer. Nós temos projetos nessa linha como, por exemplo, “Cinema para todos”, afroreggae, poesia, olimpíadas digitais... Temos um conjunto de projetos que caminham paralelamente à grade curricular convencional.

O senhor falou, ao tomar posse, em uma valorização da meritocracia. Como isso vai funcionar?

Deixa eu complementar isso, pois é uma questão importante. Como eu disse, o nosso plano estratégico tem cinco dimensões. A primeira é o professor. Meritocracia por si só ficaria capenga. É preciso dar elementos ao professor para que ele desenvolva uma boa aula. Nesse contexto nós vamos valorizar a carreira, vamos reciclar o docente. Temos um plano para isso. Vamos inaugurar, ainda em 2011, uma escola para o educador. Nós já temos esse prédio. Com esse intuito, além de convênios com a academia, nós queremos reciclar todo o quadro de docentes do Estado. Segundo, nós temos um problema salarial. Não é trivial se resolver salário por conta da questão previdenciária. São muitos funcionários. Falamos de mais de 70 mil professores, fora os que já saíram. Então, toda vez que se trata de salário nesse universo, não se pode ser irresponsável com a parte fiscal. Mas nós vamos, por exemplo, complementar o vale transporte. O professor, ao entrar em sala de aula, agora tem um benefício que



Além do ensino curricular, os alunos são alvos de vários projetos culturais

não tinha antes. Estamos pensando em um benefício, uma espécie de bônus qualificação. É um cartão de débito em que vamos gerar algumas cargas para ele se qualificar ao longo do ano por iniciativa própria. Num programa cultural, num teatro, na compra de um livro, ele vai poder usar esse bônus. Assim também mexemos com o salário de maneira indireta e isso valoriza a carreira. Visando também valorização da carreira, nós começamos a suprir funções da estrutura vertical da área pedagógica – subsecretário, superintendentes, diretores – somente por processo seletivo. Isso está sendo um sucesso. E que sinal estamos passando para o servidor? Que ele tem como progredir na carreira por sua própria competência, sem interferência externa. O processo é lícito. Ele se inscreve, tem entrevista, tem currículo... Isso é bacana.

Como o senhor gostaria que a população fluminense encontrasse o ensino oferecido pelo Estado daqui a quatro anos, ao final do mandato do governador Sérgio Cabral?

Eu busco separar o meu sonho daquilo que eu sou capaz de fazer. Eu tenho um sonho, mas é

uma coisa muito pessoal, como cidadão, até porque eu também sou pai. Mas o nosso planejamento tem linhas que são explícitas, não são teóricas. Esse plano foi feito de tal maneira para que tirássemos o Rio da 26ª posição do ranking em quatro anos. Eu vou apenas me permitir não dizer qual será a nossa posição por questões estratégicas, mas seguramente estará no primeiro quadrante. A posição atual é incompatível com o potencial macroeconômico do Rio, principalmente pelo momento que o Rio está vivendo hoje. Se você olhar o Estado num horizonte de 10, 20 anos, essa posição é totalmente incompatível, porque vamos demandar a mão-de-obra dos nossos jovens para o Mundial, para os Jogos Olímpicos e para o pós-eventos, pois isso tem uma ressonância. Eu sei que isso será um caminho sem volta, assim como está sendo com a área da segurança. Nós temos um compromisso com a educação, principalmente porque precisamos suprir a demanda de mão-de-obra que o Estado terá para os próximos anos. Esse é o nosso objetivo. E o governador tem um compromisso pessoal de fazer essa revolução. □

AS NOVAS METAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Processo seletivo para funções pedagógicas estratégicas – a avaliação acontecerá em quatro etapas: análise curricular, prova, entrevista e treinamento.

Revisão de licenças médicas e cedidos – atualmente, cerca de 10 mil docentes estão licenciados, cedidos a outros órgãos ou ocupando funções administrativas. Com a implementação do programa, o objetivo é resgatar esses profissionais para as salas de aula.

CORPO DOCENTE E FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS :

Currículo Mínimo – novidade na rede estadual. São diretrizes institucionais sobre os conteúdos, competências e habilidades a serem desenvolvidas no processo de ensino-aprendizagem em todas as escolas da rede estadual. A concepção, redação e revisão desses documentos estão sendo conduzidas por equipes disciplinares de professores da rede estadual.

Remuneração variável – avaliação e bonificação dos professores de acordo com o desempenho da

escola. Serão considerados o fluxo escolar, o rendimento do aluno e a infraestrutura das escolas. O docente que conseguir atingir o limite máximo das metas poderá receber até três salários a mais por ano. O investimento poderá chegar a R\$ 140 milhões.

Auxílio qualificação para professores – ainda neste semestre, os docentes que estiverem em sala de aula receberão um cartão pré-pago, no valor de R\$ 500, para utilização em bens pedagógico-culturais. O investimento esperado é de aproximadamente R\$ 25 milhões.

Auxílio transporte – apoio financeiro, no contracheque, para custos com deslocamento dos professores e dos funcionários administrativos que estejam lotados nas unidades escolares. O custo anual será de R\$ 68 milhões.

Escola SEEDUC – será criada uma escola onde os professores poderão se aprimorar, com cursos específicos. Também haverá um consórcio com universidades para a formação continuada do docente. A meta é certificar cerca de 10 mil professores por semestre.

ALUNOS:

Aulas de reforço nos contraturnos – apoio pedagógico para alunos com dificuldade de aprendizagem.

Orientação vocacional – iniciativa voltada a estudantes do Ensino Médio.

Diminuição da defasagem idade-série – reduzir os índices de repetência.

UNIDADES ESCOLARES:

Metas específicas para cada unidade escolar – os objetivos a serem alcançados serão definidos de acordo com a realidade de cada escola. O Rio de Janeiro contará com um índice próprio, o IDERJ (Índice da Educação Básica do Rio de Janeiro), com o objetivo de acompanhar e aferir o progresso dos estudantes.

Diagnóstico da infraestrutura das escolas – a Seeduc, em parceria com a Empresa de Obras Públicas do Estado (Emop), preparou um levantamento com as necessidades estruturais identificadas em todas as unidades escolares. Com o mapeamento, será possível conhecer as áreas onde há a necessidade de construção de escolas ou de reformas nas que já existem. Foram avaliados 23 itens.



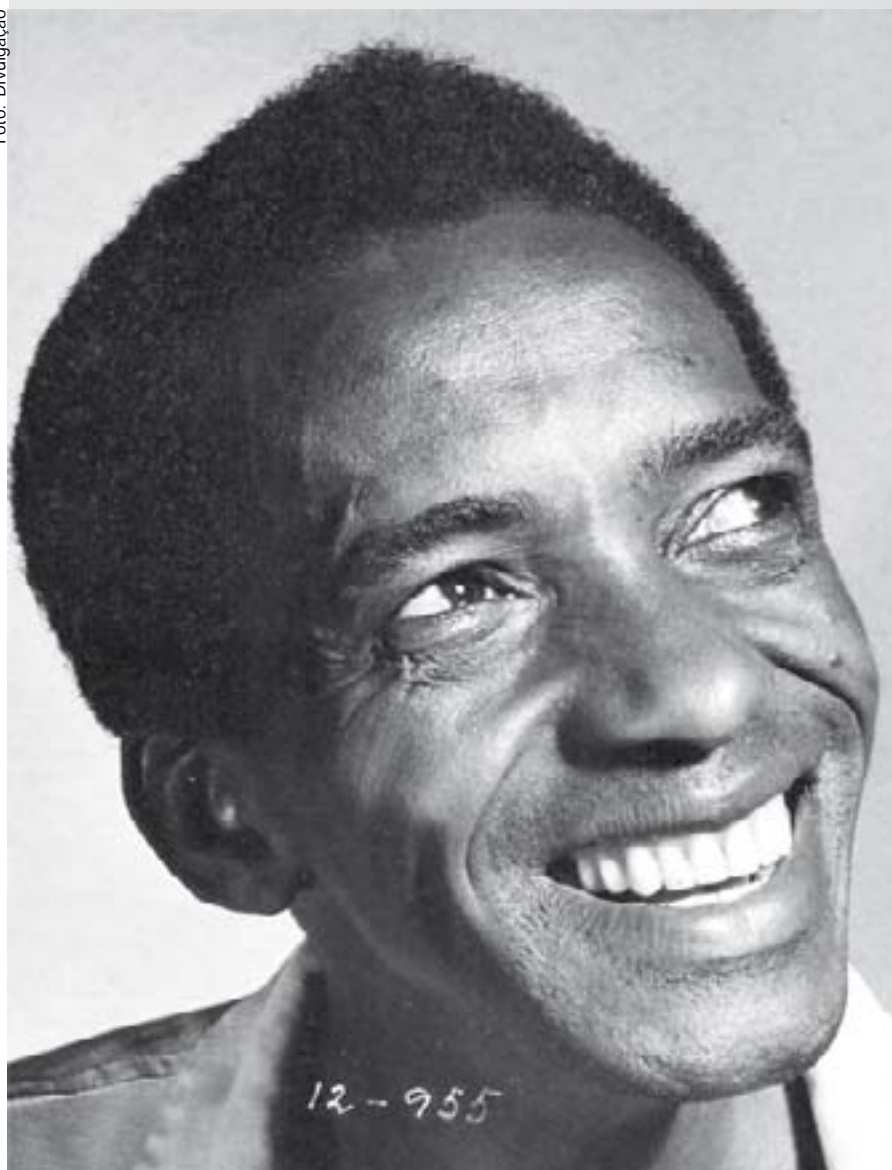
Liceu Nilo Peçanha, em Niterói: primeira escola normal do Brasil e símbolo do pioneirismo da Educação fluminense

O CRIADOR DO SAMBA CARIOCA

Ismael Silva foi precursor de uma geração que daria forma definitiva ao samba carioca. Autores que conviveram com o artista lembram do jeito peculiar do compositor

Renata Vieira

Foto: Divulgação



SE VOCÊ JURAR QUE ME TEM AMOR

*"Eu posso me regenerar
Mas se é para fingir, mulher
A orgia assim não vou deixar
Muito tenho sofrido
Por minha lealdade
Agora estou sabido
Não vou atrás de amizade
A minha vida é boa
Não tenho em que pensar
Por uma coisa à-toa
Não vou me regenerar
A mulher é um jogo
Difícil de acertar
E o homem como um bobo
Não se cansa de jogar
O que eu posso fazer
É se você jurar
Arriscar a perder
Ou desta vez então ganhar"*

(Autores: Ismael Silva, Nilton Bastos e Francisco Alves)

"Se você jurar", o samba mais famoso de Ismael, é um dos mais bonitos da história do samba carioca



Escultura no Estácio homenageia seu maior sambista

Iniciado com apenas 50 pessoas em 1928, alcançou a marca de 2 mil foliões em apenas um ano. Do Largo do Estácio até a Praça XI, o bloco *Deixa Falar* fazia vibrar um ritmo novo, batucado e dançante, que dava balanço aos desfiles de carnaval. Introduzindo o surdo e a cuíca ao som, Ismael Silva e outros bambas do Estácio começaram a definir um samba que ficaria conhecido posteriormente como genuinamente carioca: mais cadenciado, distante do maxixe e das raízes baianas. Ismael foi o criador do termo *escola de samba*, título dado ao bloco *Deixa Falar* que, apesar de extinto em 1931, continuou a guiar toda uma geração de sambistas. Como forma de exaltar os compositores do Estácio, professores na arte de fazer samba, segundo Ismael, ele eternizou o termo e imortalizou-se como pai das escolas de samba do Rio Janeiro. O jornalista e pesquisador Sérgio Cabral e o pesquisador do samba carioca Humberto Franceschi foram amigos do sambista do Estácio e contam sua história com o olhar de quem conviveu com a lenda.

Sempre vestido com um terno de linho branco muito bem passado e um chapéu igualmente impecável, Ismael encarnou a típica figura do malandro década de 30. Apesar de niteroiense, nascido em Jurujuba, quando tinha apenas três anos mudou-se para o Rio com a mãe após a morte de seu pai. Depois de um tempo no Catumbi, mudou-se novamente, dessa vez para o lugar que serviria de cenário para sua brilhante trajetória no samba carioca: o bairro do Estácio.

À Rua do Estácio, nos números 27, 29 e 31, estavam as casas onde nasceriam as mais belas composições de Ismael e seus companheiros. O ex-músico da polícia militar Cristalino Pereira da Silva cedeu as três casas aos bambas e os endereços se tornaram palco para os momentos de criação e para os ensaios. Ismael Silva, Alcebíades Barcelos, o Bide, Brancura e Nilton Bastos fizeram dessa rua seu porto seguro do samba.

Também chamada de “Pequena África” na época, a região do Estácio era habitada majoritariamente por negros descendentes de

escravos, em geral desempregados frente ao grande contingente de imigrantes italianos que vinha atraído pelo crescimento industrial do eixo Rio - São Paulo. Com a escassez de oportunidades e munidos do candomblé, da capoeira e do samba, os estacianos assumiram a figura do malandro carioca. A prostituição também dominava a região e o samba funcionava como um combustível indispensável à rentabilidade dos bordéis.

“Essa gente de hoje tem automóvel, apartamento, mas não tem mais graça nenhuma. Nós não. A gente tinha que fazer música e música boa. Porque, se não fizesse, nós não teríamos mulheres para nos sustentar”, afirmou Ismael a Humberto Franceschi.

E ele tinha mesmo que fazer samba bom, já que vendia suas composições.

“A compra e a venda de sambas não era anti-ético na época, mas sim um negócio. E os compositores gostavam disso, porque era o jeito de eles ganharem dinheiro”, explica Sérgio Cabral, jornalista, escritor e autor de vá-

rios livros sobre o samba carioca e MPB.

E foi o músico Francisco Alves o responsável pelo sucesso dele fora da região do Estácio. A primeira parceria foi em 1925, através da venda do samba “Me faz carinhos”, de autoria de Ismael. Durante os dez anos subsequentes, os dois firmaram várias parcerias, ora pela venda das composições, que não levavam o nome de Ismael, ora pela assinatura dupla dos sambas.

Segundo Humberto Franceschi, o Estácio se fez com base nas músicas do Ismael e quem colocou a Estácio na rua foi o Francisco. Outra importante parceria juntou Ismael a um dos maiores nomes da história do samba, Noel Rosa. O malandro e o médico produziram nove lindas composições.

Ismael dizia com orgulho “Nunca trabalhei”, e eu dizia “Mas como você faz samba? E os sambas que você faz?”. Tem gente que acha que samba não é trabalho, mas fazer samba é gerar riqueza, observa Sérgio Cabral.

DEIXA FALAR

O legado de Ismael Silva não se resume às suas belas canções. Sua atuação no bloco *Deixa Falar* (1928-1931) transformou a concepção do samba como ritmo mu-

sical. Ismael percebeu que o samba de roda não se encaixava nos desfiles dos blocos de carnaval. O ritmo até então tocado, sob influências do maxixe, não permitia uma evolução de movimentos dos foliões. Através da cuíca e, sobretudo, da marcação gerada pela batida do surdo – inventado por Benito Lacerda, naquela época era improvisado com latas de alumínio e couro – o samba adquiriu a roupagem do batuque e passou a arrastar multidões pelas ruas da cidade e influenciar os outros blocos.

É também original do *Deixa Falar* o título de *escola de samba*. Localizado nas proximidades da Escola Normal do Estácio, o bloco *Deixa Falar* era, segundo Ismael, reduto dos professores de samba. “Quando chegava alguém contando: ‘sabe que o Salgueiro disse isso, isso e isso,’ eu dizia, deixa falar... Escola de samba é aqui, porque é daqui que saem os professores!”, vaticinou Ismael, em entrevista em 1977.

A enorme adesão do público à *Deixa Falar* e o crescente sucesso ano após ano assustaram as autoridades políticas. Em um contexto de grandes greves na indústria e surgimento de grupos anarquistas, a aglomeração e associação promovida pelos desfiles de car-

naval eram motivo de desconfiança por parte do governo. Os chamados “pelegos” – agentes do governo que se infiltravam nas organizações populares e trabalhistas – começaram a rondar a sede do bloco, com o objetivo de controlá-lo de alguma forma. Às vésperas do carnaval de 1929, um assalto aos cofres da *Deixa Falar* abalou a escola. Ismael, que nessa época era o tesoureiro, tentou vingar-se do ladrão – suspeitava-se que fosse um pelego –, sem sucesso.

A intenção do governo era transformar o bloco em rancho: nos moldes da procissão católica, o rancho tinha uma estrutura organizada, que obedecia a certas regras e era controlada pela polícia, oposto à liberdade musical e de movimentos características do bloco. Em 1931, a proposta dos pelegos efetivou-se e o bloco foi transferido para Rua Hadock Lobo, na Tijuca, ao lado de uma gafieira chamada Édén, propriedade de um funcionário do Ministério da Guerra. Mesmo com a mudança, a *Deixa Falar* sofreu um segundo roubo, que enfraqueceu ainda mais a escola.

Diante de tantos acontecimentos, a *Deixa Falar* terminou antes mesmo dos desfiles ofi-

Memória viva na G.R.E.S. Estácio de Sá

Berço do samba carioca, desde o ano passado, o Estácio vem revisitando sua própria história. Reconhecida como herdeira legítima da *Deixa Falar* pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a escola de samba Estácio de Sá retomou a memória em torno de seu criador, o pai das escolas de samba. A comemoração dos 105 anos de nascimento de Ismael Silva, em setembro, foi palco para assinatura do termo que assumiu a data de criação da *Deixa Falar* - 12 de agosto de 1927 - como a data de fundação da Estácio de Sá, atendendo a uma antiga reivindicação da comunidade estaciana. Além dos ajustes históricos, a Estácio de Sá reforçou a figura de Ismael na quadra. O leão, símbolo

da escola, agora está acompanhado do busto de Ismael Silva e do “Malandro”, manequim que reproduz o figurino do sambista – terno branco, chapéu panamá, gravata e lenço vermelhos.

Em virtude dos festejos a Ismael, a Prefeitura do Rio inaugurou uma estátua do compositor nas proximidades da quadra, também no último ano. “Olhar para Ismael é olhar para o princípio de tudo e recomeçar mais decididos e confiantes, que o pai das escolas de samba olha por nós. É buscar no glorioso passado, no qual fazemos parte, um presente de futuro promissor”, ressalta Marcos Aurélio, presidente da G.R.E.S. Estácio de Sá. A expectativa agora é que, todos os anos, no mês de setembro, a escola reúna toda a comunidade para celebrar o aniversário natalício de seu fundador.



Na sede da Estácio, a imagem do sambista

ciais das escolas de samba, em 1932. Em busca da retomada daquela que havia sido a pioneira, dois blocos se juntaram para formar a União do Estácio de Sá, mas os componentes não eram mais os mesmos. Ainda no episódio do primeiro roubo, Ismael se desligou do bloco, sem deixar de compor. Mas em 1935, um fato interromperia sua trajetória de sucesso: o sambista foi preso por tentar matar um homem a tiros – acredita-se que ele saiu em defesa da irmã.

Na cadeia até 1937, quando foi solto por bom comportamento, Ismael enfrentou dificuldades na retomada da fama e do reconhecimento. Até o início dos anos 50, continuou compondo, mas o brilho proporcionado pelo renome do Estácio já não o acompanhava.

“Teve um sucesso em 48-49, ‘Antonico’, mas depois sumiu novamente e passou a ser curtido pelos especialistas como Vinícius de Moraes (que escrevia sobre ele) e Lúcio Rangel”, observou Sérgio Cabral.

Foi em 1955 que um sujeito chamado Zico Ribeiro apostou no samba de Ismael. Dono de uma boate chamada Casablanca, localizada na Praia Vermelha, Zico trouxe Ismael como atração do show “O samba nasce no coração”, que obteve absoluto sucesso. Renascido para a fama, Ismael passou de esquecido a artista de agenda cheia: shows, entrevistas e rodas de samba voltaram ao cotidiano do sambista.

“Só em meados nos anos 50 Ismael finalmente alcançou a projeção que merecia. Seu talento era excepcional. Ele foi, de longe, o melhor compositor do Estácio”, afirma Humberto Franceschi.

Os últimos 3 anos da vida de Ismael foram de reclusão, até que em 1978, um infarto fulminante o matou. A partir de então, as gravações de seus sambas passaram a estar presentes em importantes álbuns como os das intérpretes Beth Carvalho e Gal Costa. Também Jards Macalé, Cristina Buarque de Holanda, Ná Ozzetti e Barão do Pandeiro mantêm viva a obra de Ismael. □

DISCOGRAFIA

(composições solo e parcerias)

- Não é isso o que procuro, 1928
- Samba de verdade, 1928
- Me faz carinhos, 1928
- Para mim perdeste o valor, 1929
- Malandro, 1929
- Golpe errado, 1929
- Novo amor, 1929
- Quero socego, 1930
- Não te dou perdão, 1930
- O que será de mim, 1931
- Ô- Le- Le- ô, 1931
- Nem é bom falar, 1931
- Feiticeiro, 1931
- Eu bem sei, 1931
- Se você jurar, 1931
- Sonhei, 1931
- Gosto, mas não muito, 1931
- Ando cismado, 1931
- Ironia, 1931
- Liberdade, 1931
- Amar, 1931
- Me deixa so cegado, 1931
- Rir para não chorar, 1931
- Arrependido, 1931
- Meu batalhão, 1931
- Você gosta de mim, 1931
- Me diga teu nome, 1931
- Não há, 1931
- Adeus, 1932
- Antes não te conhecesse, 1932
- Assim sim, 1932
- Sofrer é da vida, 1932
- Ao romper da aurora, 1932
- É bom evitar, 1932
- Uma jura que fiz, 1932
- Tristezas não pagam dívidas, 1932
- Para me livrar no mal, 1932
- Gandaia, 1932
- A razão dá-se a quem tem, 1932
- Isso não se faz, 1933
- Não tem tradução, 1933
- Nunca dei a perceber, 1933
- Não digas, 1933
- Quem não quer sou eu, 1933
- Dona do lugar, 1933
- Mas como... outra vez?, 1933
- Não é tanto assim, 1934
- Agradeças a mim, 1935
- Cara feia é fome, 1935
- Boa viagem, 1935
- Você prometeu, 1935
- Não faltará ocasião, 1935
- Choro sim, 1935
- Você merece muito mais, 1936
- Não apoiado, 1936
- Fama sem proveito, 1937
- Eu sou um, 1939
- Não vejo jeito, 1939
- Com a vida que pediste a deus, 1940
- Não vá atras de ninguém, 1941
- Fan, 1942
- Por causa de alguém, 1942
- Maestro, toque aquela, 1943
- Meu único desejo, 1950
- Antonico, 1950
- Ninguém faz fé, 1952

Ilustração: Luquesar/http://noirosacentenario.wordplace.com

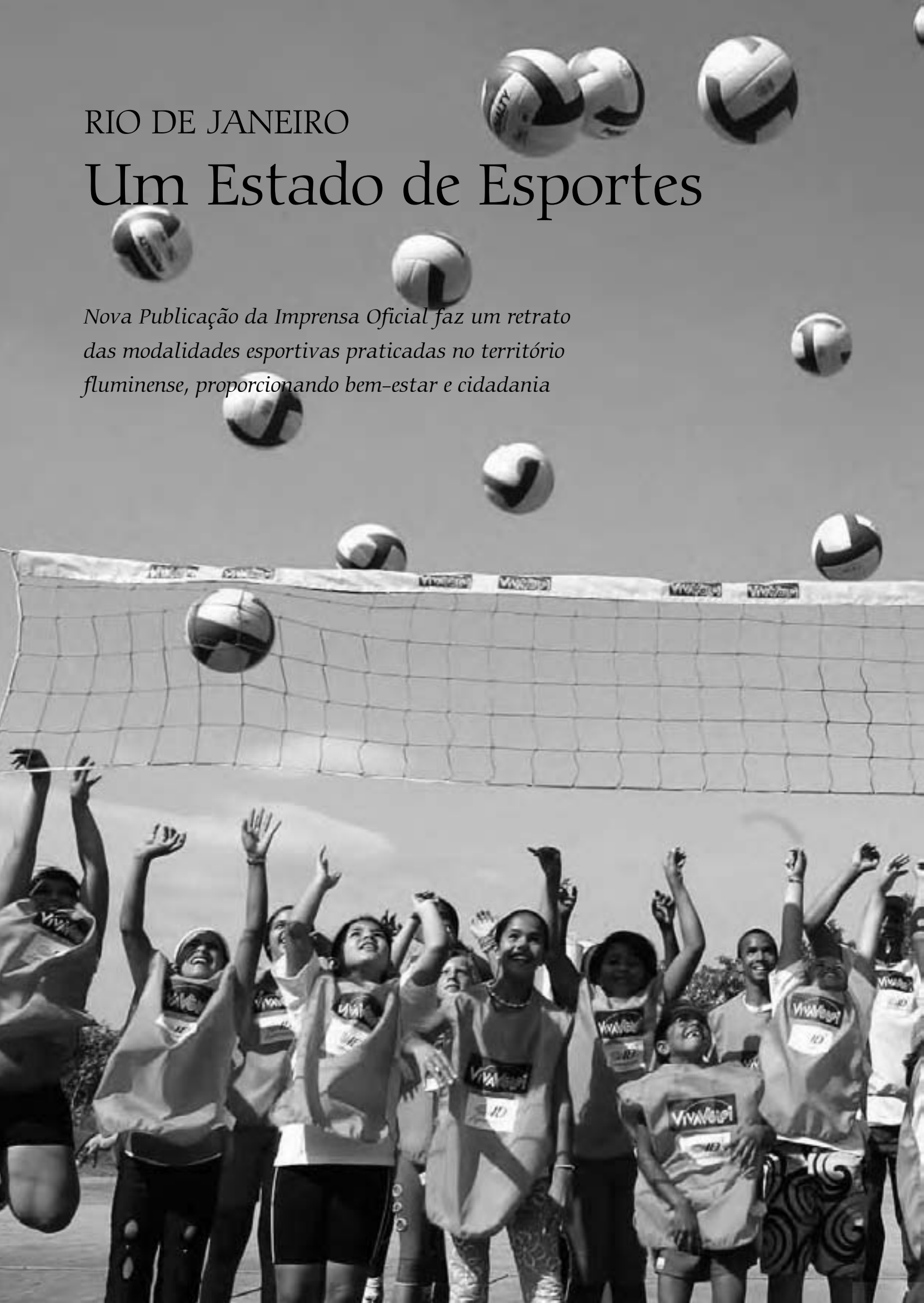


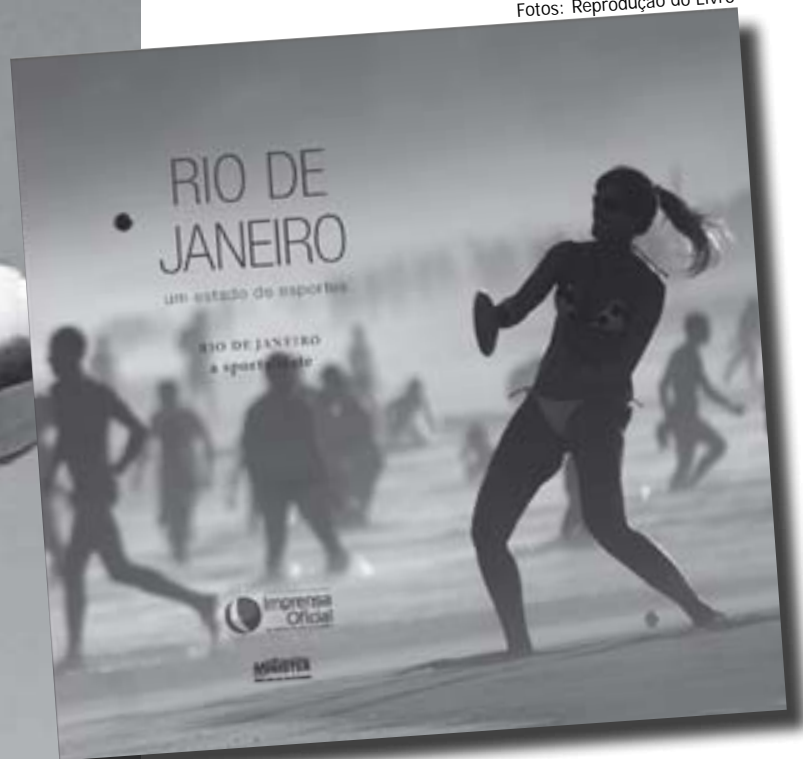
Parceiros em nove composições, Ismael e Noel falaram de amor e desilusões

RIO DE JANEIRO

Um Estado de Esportes

Nova Publicação da Imprensa Oficial faz um retrato das modalidades esportivas praticadas no território fluminense, proporcionando bem-estar e cidadania





LUIZ AUGUSTO ERTHAL

Existe um lugar em que os elementos da natureza se uniram para oferecer um dos mais completos complexos esportivos a céu aberto sobre a terra. Este lugar é o Estado do Rio de Janeiro, com sua variedade de cenários, sempre envolvidos por um clima tropical que convida à prática esportiva durante o ano inteiro, seja para o exercício do corpo com todos os seus benefícios à saúde, seja como pretexto incensurável de se estar em contato com o esplendor da natureza fluminense. Montanhas escarpadas cobertas pela floresta tropical, vales sinuosos por onde serpenteiam rios encachoeirados, planícies verdejantes; conjuntos lagunares de extrema beleza; extenso litoral recortado por praias, baías e enseadas paradisíacas; e, sobre tudo isso, um céu límpido e claro, de incomparável azul, compõem a paisagem do Estado.

Decompostos em letra de forma, os elementos – Terra, Água e Ar – foram usados em nova publicação da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro para separar as modalidades esportivas praticadas ao longo de todo o território fluminense – esportes terrestres, aquáticos e aéreos que atraem os habitantes da região e proporcionam uma intensa atividade física, cuja prática vai muito mais além daquela exercitada nos espaços tradicionais dos clubes e academias. É como se estivéssemos em uma praça esportiva do tamanho do próprio Estado.

Esse espreado conjunto de atividades está registrado e luxuosamente ilustrado no livro *Rio de Janeiro – um estado de esportes*, terceira publicação de uma série com a qual a Imprensa Oficial vem focalizando aspectos históricos, naturais e culturais do Estado do Rio, sempre tendo a natureza e a geografia fluminense como pano de fundo. Nessa linha, o livro que se lança agora foi precedido dos títulos *Rio além do Rio* – a exuberante paisagem fluminense sob uma ótica diferente dos tradicionais cartões postais – e *Rio de Janeiro – passado, presente futuro* – um inventário da multifacetada arquitetura construída ao longo de cinco séculos no território fluminense.

O livro destaca os dois megaventos previstos para os próximos anos – a Copa do Mundo e as Olimpíadas – como grandes geradores de oportunidades, estimulando a iniciação esportiva, além dos benefícios socioeconômicos que trarão para o Estado. O potencial transformador do esporte, utilizado como instrumento de acesso à cidadania, é registrado com destaque no texto de Carla Rodrigues e Carolina Frossard. Em 194 páginas, a publicação tem coordenação editorial e fotográfica de Carolina Gouveia.

TERRA

O livro mostra nesta seção os esportes mais popularmente difundidos, tendo à frente o futebol. Como em todas as outras, mas especialmente nesta, em razão de sua extraordinária aceitação, a história da modalidade e de seu desenvolvimento no Estado é abordada em detalhes no texto. Seguem-se as outras praticadas no solo, tanto a céu aberto, como atletismo, ciclismo, frescobol, triatlo, artes marciais e skate, quanto as que

Fotos: Reprodução do Livro



A ginástica de trampolim é destaque no cenário esportivo de Pirai desde 1997

costumam procurar o abrigo dos ginásios, como basquete, ginástica, handebol e vôlei.

A seção contempla também práticas genuinamente populares, como a capoeira, assim como o montanhismo, largamente praticado nos belos parques de preservação natural, como os de Itatiaia (Itatiaia/Resende), Serra dos Órgãos (Petrópolis/Teresópolis), Três Picos (Cachoeiras de Macacu/Nova Friburgo) e da Tijuca (Rio de Janeiro). Lá estão,

ainda, os esportes sofisticados dos clubes, como hipismo, golfe e bocha.

ÁGUA

Esta seção reúne, de um lado, a natação, que tantas medalhas tem dado ultimamente ao Brasil nas competições de alto nível, e de outro os esportes propícios ao airoso conjunto aquático formado por rios, lagos, praias e baías espalhado por todo o Estado do Rio. Neste grupo estão a canoa-



Nos gramados das comunidades, crianças e adolescentes praticam esportes sonhando com 2016



Um dos esportes mais tradicionais do Estado do Rio, a vela também estimula a conscientização ambiental de jovens e adolescentes

gem, tanto a oceânica quanto a que desce a corredeiras dos rios; o remo, praticado principalmente nas lagoas e baías, tendo sido, há cerca de um século atrás, o mais popular dos esportes entre nós; a vela, a dividir os mesmos espaços do remo e impregnar a paisagem com a delicada dança de seus mastros; o mergulho submarino, que encontra nas águas transparentes de Cabo Frio e Arraial do Cabo um de seus locais preferidos; e o surf, praticado em praticamente todas as praias do nosso litoral.

AR

O espaço aéreo fluminense é compartilhado por paraquedistas – civis e militares – e praticantes do voo livre, favorecidos tanto pelos montes litorâneos, quanto pelas praias e baixadas próximas, capazes de oferecer rampas de decolagem e pistas de pouso. Mas há, também, uma outra e ainda mais popular ocupação dos céus registrada no livro: a pipa, cuja prática é largamente difundida, sobretudo nas áreas suburbanas

das grandes cidades do Estado.

Poderia-se incluir o quarto elemento – **FOGO**. Na verdade, este não representa nenhuma seção do livro nem se manifesta durante a prática esportiva, exceto, talvez, no próprio tiro ao alvo. Mas é certo que o fogo surgirá de forma marcante em 2016, quando o quarto elemento será apresentado ao mundo inteiro sobre a pira olímpica no Rio de Janeiro, a ser acesa como que para iluminar a vocação esportiva de nosso Estado □

Reprodução do Livro



A prática esportiva se espalha de forma espontânea por todo o Estado, aproveitando as características da geografia fluminense



Foto: Luis Prado

A Nova Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro

Festa de inauguração da moderna sede e impressão do D.O. colorido foram marcos para a empresa pública, que começou o processo de reestruturação em 2007. Com maior capacidade de produção, a IO poderá atender a demanda do Governo, que inclui a impressão de livros

PROCÓPIO MINEIRO

A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro aproxima-se dos 80 anos com nova sede e um parque gráfico dotado de máquinas de última geração, o que a coloca como uma das líderes do ramo em termos de modernização, no Rio de Janeiro. Com duas rapidíssimas impressoras planas coloridas e uma rotativa de grande capacidade e a cores, além de outras vinte máquinas com o que há de mais recente em termos de tecnologia, a empresa

coloca-se em posição de dar plena resposta à demanda das entidades estaduais por produtos gráficos, prestando serviços à sociedade.

Dedicada a publicar o Diário Oficial e a oferecer os impressos requeridos pelas instituições estaduais, a Imprensa Oficial, ao longo dos anos, incorporou a atribuição também de difusora cultural, como editora de obras de reconhecido valor literário. As novas condições técnicas da empresa vão permitir a ampliação dessa produção.

Ao inaugurar as novas instalações, no dia 14 de dezembro de 2010, à Rua Professor Heitor Carrilho, 81, no centro de Niterói, o governador Sérgio Cabral referiu-se, de forma especial, à capacidade de produção de material didático para as redes públicas, lembrando que “a Imprensa Oficial tem um papel estratégico a desempenhar”.

“A empresa vai poder prestar um serviço extraordinário ao Estado. Quantas campanhas públicas utilizam os serviços da

Imprensa Oficial, quantas prefeituras vão poder utilizar a nova capacidade gráfica da empresa, quantos livros vamos ter a capacidade de oferecer aos estudantes estaduais e municipais”, destacou o governador

A nova capacidade de produção da empresa permite a impressão rápida de folhetos e revistas coloridas, além de grandes tiragens de livros, o que justificou o entusiasmo do governador. Nos últimos quatro anos, a Imprensa Oficial republicou livros de autores da importância dos cronistas Luiz Edmundo (“O Rio de Janeiro do meu tempo” (2009) e “O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis”, 2009), e João do Rio (“A alma encantadora das ruas”, 2007), dos romancistas Lima Barreto (“Contos e Crônicas”, 2009), Aluísio Azevedo (“Casa de Pensão”, 2009) e Machado de Assis (“Páginas Recolhidas”, 2009).

A Imprensa Oficial também publica inéditos, os mais recentes dos quais foram Alexandre Werneck (“Pai Sol, Mãe Árvore”, 2010), de temática ecoeducativa, e José Rezende e Raymundo Qua-



Fotos: Luis Prado

A moderna grampeadeira forma cadernos e encapa os impressos com o triplo de velocidade

dros (“Vai dar zebra”, 2010), este sobre a história do futebol carioca.

A publicação de livros encaixa-se nos planos educacionais e culturais do Estado e compõe, igualmente, o conjunto de missões que enriqueceram as finalidades da empresa, ao longo do tempo. Assim, segundo o presidente da Nova Imprensa Oficial, Haroldo Zager, esta será uma das tarefas

que ganharão destaque na produção da gráfica oficial fluminense.

Presente à inauguração das instalações da Nova Imprensa Oficial, o Secretário Estadual de Educação, Wilson Risolia, adiantou que fará uso permanente da capacidade gráfica da empresa: “Tudo o que for possível fazer com a Imprensa Oficial será feito com o apoio da Secretaria de



As máquinas de impressão plana, de duas e quatro cores, quintuplicaram potencial de produção da empresa, hoje das mais modernas gráficas fluminenses



Máquinas de última geração dão qualidade e rapidez ao processo de acabamento

Educação: 100% da impressão de livros, de provas, de cartilhas, folheteria, livretos. Pretendemos fazer todas as provas da rede pública pela Imprensa Oficial, com o mesmo esquema de segurança que tivemos no último trabalho.”

O antigo e o atual Chefe da Casa Civil, Regis Fichtner e Arthur Vieira Bastos, destacaram o avançado nível tecnológico que permite

a confecção do Diário Oficial em ambiente puramente eletrônico. “Hoje o Diário Oficial pode ser lido pela internet, em acesso livre e gratuito, o que realiza sua missão de ser o veículo encarregado de levar a informação oficial a todos os cidadãos”, disse Arthur Vieira Bastos.

Com a inauguração das novas instalações, a empresa lançou, simultaneamente, seu portal ofi-

cial –www.ioerj.com.br/portal –, através do qual se pode ler o Diário Oficial e ter acesso aos diversos serviços da instituição.

No prédio novo, as áreas dedicadas às atividades administrativas seguem o conceito moderno do compartilhamento espacial, sem isolamento por paredes, de modo que as variadas seções convivem em amplo salão, o que ajuda a dinâmica do trabalho.



O Diário Oficial ganhou cores e adquiriu nova diagramação, mais leve e moderna, facilitando a leitura

D.O COLORIDO AGRADA

Outra novidade é policromia em um dos cadernos do Diário Oficial. A mudança representou um marco decorrente das novas condições técnicas da empresa, que adquiriu uma impressora rotativa a cores Pressline-30. O primeiro número com um caderno colorido saiu no dia 15 de dezembro de 2010, em formato modernizado, mais elegante e oferecendo leitura mais confortável.

Além da rotativa, a modernização da gráfica envolveu a aquisição de cerca de duas dezenas de equipamentos de última geração, entre os quais duas impressoras planas coloridas Heidelberg Speedmaster, ambas de alta capacidade e que quintuplicaram o potencial de produção da Nova Imprensa Oficial. □

Uma história de atualizações

O Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro surgiu a 1º de julho de 1931, denotando já a visão política da Revolução de 1930, de substituir o liberalismo predominante por uma maior presença do Estado como articulador da sociedade. Assim, o Diário Oficial fluminense, que era publicado num jornal comercial carioca, passou a contar com sua estrutura própria, sendo editado em 8 páginas, inicialmente.

Logo chegaria a 24 páginas, o que exigiu a criação de uma oficina própria, a partir de 1935, uma vez que as impressoras da Escola do Trabalho, onde se editava o jornal desde seu início, não tinham mais condições de atender o número crescente de páginas. Esta nova situação impôs, a partir de então, preocupação constante com a evolução do maquinário e das técnicas gráficas, e à busca de uma sede unificada, o que só veio a acontecer em 1940, quando gráfica e administração puderam se unir pela primeira vez em endereço na Avenida Jansen de Melo. Estas instalações entraram para a história da empresa como “o barracão”, pois era uma construção improvisada, já que se esperava construir sede definitiva em pouco tempo.



Arquivo Imprensa Oficial

A primeira rotativa offset foi adquirida em 1975 e operou até 2010

Mas somente a 1º de julho de 1956, quando o Diário Oficial completava 25 anos, as novas instalações foram inauguradas na Rua Marquês de Olinda, 29, reunindo a administração e a gráfica. Apenas 22 anos depois, porém, o espaço se tornara pequeno para acomodar novas máquinas, o que exigiu a construção de uma área industrial específica à Rua Professor Heitor Carrilho, 81, no Aterrado de São Lourenço, a cerca de três quilômetros da sede. É neste novo endereço que está reunificada a empresa desde 14 de dezembro de 2010, após ampla reforma das instalações, incluindo a construção de um prédio de três andares.

A partir de 1975, com a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro, a empresa viveu um período de renovação, adquirindo sua primeira rotativa, Goss Community, que rodou o Diário Oficial até fins de 2010, e outras máquinas para impressão plana.

Como entidade pública, a empresa começou como simples seção encarregada de elaborar o Diário Oficial, ligada à chefia de gabinete do governo estadual. Tornou-se mais tarde divisão e, em seguida, departamento autônomo, já no início dos anos 1970, ainda ligada ao estatuto da Administração Direta.

A crescente complexidade administrativa decorrente da ampliação de suas atividades gráficas recomendou a transformação em empresa pública, o que ocorreu em 1973, dotando a direção da necessária agilidade administrativa requerida pelas atividades comerciais que envolvem a natureza da instituição.

A busca pela atualização tecnológica alcançou estágio especial em 2010, quando se completou o processo de informatização de todas as atividades e o novo parque gráfico entrou em operação plena, com destaque para a rotativa colorida Pressline-30 e as duas moderníssimas máquinas planas, também coloridas, Heidelberg Speedmaster.

Foto: Luis Prado



A nova Rotativa Pressline-30 imprime o novo Diário Oficial com quatro páginas coloridas

Mais de 60 anos de reflexões sobre o Brasil disponíveis às novas gerações

Projeto apoiado pela Faperj recupera Coleção Brasiliana em cuidadoso trabalho de reedição crítica

PROCÓPIO MINEIRO

Em 1931, a Companhia Editora Nacional, de Monteiro Lobato – autor da frase “um país se faz com homens e livros”, propôs-se a criar uma coleção especial em sua linha editorial, com o objetivo de reunir obras que enfocassem temas brasileiros e colaborassem na reflexão sobre o país e a nação. O assunto era considerado urgente, devido às ambições do programa político da recente Revolução de 30, que se propunha a nada menos que refundar o Brasil. A Brasiliana – Biblioteca Pedagógica Brasileira – chegou a 415 títulos em 62 anos e pode-se dizer que iluminou caminhos. A coleção está sendo recuperada por instituições educacionais e de pesquisa e posta ao acesso público pela internet (www.brasiliana.com.br), em um cuidadoso trabalho de reedição crítica, o que permitirá às novas

20 o Preço

gerações o contato com obras consideradas fundamentais para o entendimento do Brasil e de seu povo e que poderiam se tornar inacessíveis com o passar do tempo. O trabalho leva ainda cerca de quatro anos, mas o leitor já pode consultar 107 obras.

O primeiro foi o livro “Figuras do Império e outros ensaios”, do historiador e diplomata Antônio Batista Pereira. Seguiram-se “O Marquês de Barbacena”, do também historiador João Pandiá Calógeras; “As ideias de Alberto Torres”, de Alcides Gentil, e “Raça e Assimilação”, de Francisco José de Oliveira Viana. Como se vê não havia assunto proibido na coleção, que objetivava oferecer elementos à discussão política e social.

Numa época em que ainda ecoavam fortes as ideias raciais, é de se notar que a Brasiliana não fugiu ao debate: entre as



23 primeiras obras da coleção, cinco se dedicaram especificamente ao tema, oferecendo elementos de reflexão para a construção de uma democracia racial brasileira: foram publicados ainda “Os africanos no Brasil”, de Raimundo Nina Rodrigues; “A escravidão africana no Brasil; das origens à extinção”, de Evaristo de Moraes; “Populações meridionais do Brasil”, e “Evolução do povo brasileiro”, ambos de Oliveira Viana, e “Ensaio de antropologia brasileira”, de Edgard Roquette-Pinto.

Sobre os assuntos políticos importantes daquele momento, quando Getúlio Vargas ainda não convocara a Constituinte e aqui se refletiam as discussões relacionadas com o reordenamento do mundo europeu pós-I Guerra e suas radicalizações, saíram logo “O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional”, e “A organização nacional; Primeira parte – a Constituição”, ambos de Alberto Torres. Vieram logo depois “Pelo Brasil maior”, de Antônio Batista Pereira; “Problemas de Administração”, de João Pandiá Calógeras; “Rumos e perspectivas”, de Alberto Rangel, e “O Brasil na crise atual”, de Antônio José de Azevedo Amaral.

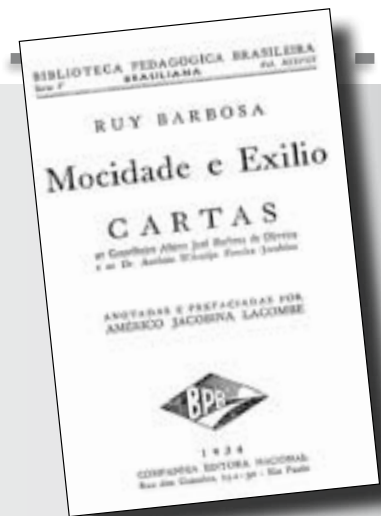
A busca de um conceito de brasilidade, empenho que não se esgotou até hoje, recebeu contribuições diversas, como “Evolução do povo brasileiro”, de Oliveira Viana; “História da Civilização Brasileira”, de Pedro Calmon e “A inteligência do Brasil: ensaios sobre Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha e Rui Barbosa”, de José Maria Belo, este enfocando figuras que refletiram, em vários tipos de abordagem, sobre o homem brasileiro.

REEDIÇÃO CRÍTICA

Esta riqueza intelectual está de novo ao alcance dos leitores, como explica a página inicial da *Brasiliana* Eletrônica: “Ao assumir este projeto, a primeira Universidade brasileira (UFRJ), reconhecida pelo elevado padrão de ensino e pesquisa, permite disseminar entre a população um precioso acervo de conhecimentos sobre o Brasil e uma das mais fecundas reflexões sobre a nossa terra e a nossa gente”. A iniciativa tem o apoio da Secretaria de Educação à Distância do Ministério da Educação, da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, da Fundação Carlos Chagas Filho de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – Faperj, e da Fundação Universitária José Bonifácio.

Incorporada pelo Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas –IBEP nos anos 90, a Companhia Editora Nacional suspendeu a *Coleção Brasiliana*, que, em seis décadas, acumulara um acervo notável de obras sobre temas brasileiros. O interesse da universidade e instituições de pesquisa levou à preservação desse patrimônio cultural pela recuperação e preparação de cada livro e sua colocação à disposição do público na internet, gratuitamente. Muitas das obras serviram à formação de gerações de universitários e agora podem ser consultadas – e guardadas em bibliotecas virtuais – por um círculo de leitores muito mais amplo, inclusive de estudantes do Ensino Médio, que se iniciam em estudos brasileiros mais aprofundados.

Segundo o professor Carlos Bernardo Vainer, titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da UFRJ, a decisão de recuperar a coleção e colocá-la em



RUI BARBOSA:

“Creio que vamos ter um companheiro (*Aníbal Falcão-NR*). Infelizmente é um inimigo meu, e dos piores a todos os respeitos. Fui consultado sobre o seu acolhimento pelo dono da casa (*o embaixador chileno-NR*), que me disse só o receberia, se eu consentisse, ou não achasse inconveniente. Dei-lhe a opinião de que devia recebê-lo, porque a sua pessoa podia correr perigo, e eu próprio em minha casa, num caso destes, lhe daria hospitalidade. Vou, portanto, já hoje, almoçar e jantar com ele.”

(*Carta à esposa Maria Augusta, em 8 de setembro de 1893, desde a embaixada do Chile, onde estava asilado preventivamente, pois fora avisado que poderia ser morto ao eclodir a iminente Revolta da Armada*)



LUIZ AGASSIZ:

“Há no Brasil muitas coisas entristecedoras, mesmo para aqueles que, como eu, têm fé nesse país e creem firmemente que ele tem diante de si uma carreira de glórias e poderio. Há também nele uma porção de coisas a louvar, e é o que me dá a convicção de que esse jovem Império se erguerá, como nação, à altura da magnificência que possui como território. Se algum dia as faculdades morais e intelectuais do povo brasileiro se puserem em harmonia com a maravilhosa beleza e as riquezas imensas que o país recebeu da natureza, não haverá outro país mais feliz sobre a terra.”

(*Luiz Agassiz, em Viagem ao Brasil, de 1865-1866*)

meio eletrônico visou, precisamente, a ampliar o público.

“O projeto inclui essa expansão em direção aos estudantes. Para tanto, uma das fases do trabalho será a criação de vídeos-aula sobre os temas abordados na coleção. Será um instrumento valioso para os professores e muito atraente para os estudantes, mas também de interesse até para os pesquisadores de ponta”.

Mas, a Brasiliana Eletrônica possui objetivos também de aumento contínuo, segundo indica o professor Vainer, que é também o coordenador do trabalho de recuperação da coleção. Novas obras serão incorporadas.

“Um dos pontos do projeto envolve a inclusão de obras consideradas de extremo valor para a reflexão brasileira, mas que foram publicadas fora da Brasiliana. Será formado um conselho científico, congregando 50 expoentes acadêmicos de todas as regiões do país e das várias áreas de conhecimento. Este conselho ficará encarregado de analisar e sugerir títulos que possuam o mesmo espírito das obras da Brasiliana e que mereçam ser somadas à Brasiliana Eletrônica. Com isso o público brasileiro terá a sua disposição, com fácil acesso e em permanente expansão, um acervo cultural da maior expressão de conhecimentos sobre o Brasil.”

REEDIÇÃO CRÍTICA

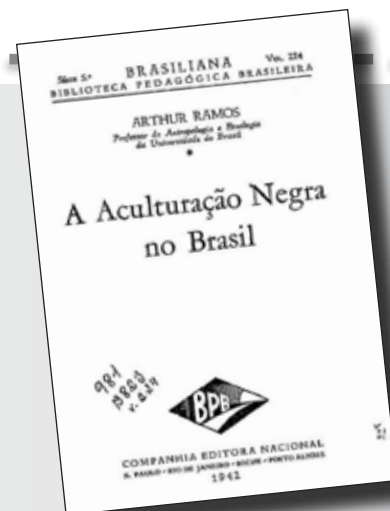
O professor Carlos Bernardo Vainer coordena os trabalhos de recuperação da Coleção Brasiliana e faz questão de frisar que “não se trata apenas de digitalização ou escaneamento das 415 obras. Este é apenas o processo inicial, pois logo a seguir colocamos o material em formato texto para que possa ser acessado pelo público. Além disso, é feito um

cuidadoso trabalho de adaptar os textos à ortografia atual, já do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, e especialistas elaboram uma edição crítica, isto é, fazem comentários e notas, para que os leitores de hoje possam ter informações mais detalhadas que lhes permitam entender melhor cada livro, tanto em seu conteúdo, quanto nas circunstâncias da época. Outros especialistas desenvolverão biografias dos autores. Por enquanto, o trabalho crítico e as biografias não estão disponíveis, mas logo o público poderá acessar esse rico material em elaboração.”

A ideia de recuperação da Brasiliana nasceu nas aulas do professor Vainer – que é economista e sociólogo e atua, como professor titular, no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da UFRJ. Ele conta que sentiu “certa agonia”, quando seus alunos lhe explicavam que não conseguiam acesso aos livros da Brasiliana, cuja leitura ele indicava. Isto porque, esgotados há muito tempo, muitos são guardados como obras raras nas bibliotecas, o que impossibilita seu manuseio por estudantes. Sentindo o risco do esquecimento de um acervo de estudos tão importantes sobre a sociedade brasileira, o professor sugeriu sua disponibilização em meio eletrônico.

“A iniciativa vai democratizar o acesso a um conjunto de estudos refinados sobre o Brasil e os brasileiros. E, além disso, pela incorporação futura de novas obras do mesmo teor, a Brasiliana Eletrônica vai se tornar uma fonte inesgotável de informações e de reflexões sobre nosso país e nossa nação”.

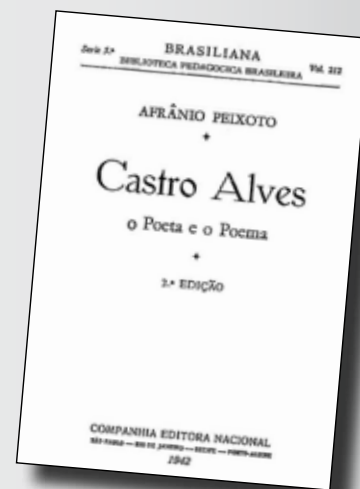
Assim, leitor, aproveite a Brasiliana Eletrônica, desde já – é só digitar www.brasiliana.com.br. □



ARTHUR RAMOS:

“Esse fenômeno corresponde ao que hoje os sociólogos chamariam acomodação e os antropólogos adaptação; um dos três resultados do processo aculturativo, isto é, quando os traços culturais, originados e estrangeiros se combinam tão intimamente que resulta um todo cultural novo, no mosaico cultural, com reconciliação completa do grupo. Como o termo adaptação se pode prestar a confusões, visto que já existia em ciência com significado biológico, preferimos, como se mostrará mais adiante, chamar a esse processo sincretismo, isto é quando há harmonia nos dois ou mais grupos culturais que confluíram. para um resultado novo.”

(Arthur Ramos, em “A aculturação negra no Brasil”, de 1942, complemento de seu anterior “O negro brasileiro”)



AFRÂNIO PEIXOTO:

“Não foi somente Castro Alves o Profeta da Abolição, o “Poeta dos Escravos”, como deveu ser chamado, pela vibração prolongada e intensa dos seus cantos contra a Escravidão, pela piedade sincera e diligente suscitada em favor dos cativos — foi também, historicamente, um dos primeiros abolicionistas de nosso país, em tempo e, talvez, o de influência mais perdurável, até à emancipação”

(Afrânio Peixoto, em “Castro Alves, o poeta e o poema”, de 1942)

Amazônia, o eterno problema atual

Mudanças climáticas, preservação das florestas, sobrevivência indígena, o inconcluso debate sobre as hidrelétricas, além do confronto entre desenvolvimento e ecologia envolvem a Amazônia de hoje. Já envolviam, porém, no início do século passado. O desafio de entender o mundo verde e incorporá-lo, econômica e socialmente, ao restante do território e à vida nacional instigavam a muitos, naqueles anos 30 de fervura política no Brasil varguista.

Em 1937, o lançamento de número 107 da *Brasiliana* foi, por isso, o livro "Amazônia – A terra e o homem", de Araújo Lima, obra premiada pela Academia Brasileira de Letras e com prefácio de Tristão de Athayde, que considerou a obra "dos mais interessantes estudos sociais que tenho lido sobre o Brasil, em um dos aspectos mais originais de sua civilização."

Tristão elogia a visão culturalista de Araújo Lima: "Dessa predominância do fator humano, é levado naturalmente o autor, não a uma apologia fácil da terra e do homem amazônico, mas a uma reabilitação fundamentada de ambos, e sobretudo de suas possibilidades, sem esconder os obstáculos de uma e os defeitos

do outro, mas mostrando que não existe "nem fatalidade étnica, nem fatalidade geográfica", e que todo o mistério sombrio da Amazônia é composto de "acidentes sanáveis", por uma civilização técnica, educativa, higiênica e sobretudo moral, que pode vir e que há de vir."

Profundo conhecedor da Amazônia, o médico, sociólogo e prefeito de Manaus José Francisco de Araújo Lima conclui, em sua obra – após criticar o latifúndio como um empecilho ao desenvolvimento da Amazônia e fator de miséria social -, que "a solução do caso amazônico, malgrado no seu grande surto inicial de grandeza (a borracha-NR), estaria certamente no distributismo, isto é, na disseminação intensiva da pequena propriedade."

Como se vê, um conselho de quase 80 anos, mas que parece guardar certa atualidade. O leitor pode conferir os argumentos e fazer uma interessante viagem no tempo e nos amazônicos desafios brasileiros, acompanhando o autor em www.brasiliana.com.br.





O surpresa francês Charles Ribeyrolles, autor de "Brasil Pitoresco", comparou a sede da Fazenda Secretário às Tulherias, o palácio dos reis franceses

Vestígios contam a trajetória do café fluminense

Cultura marcou por meio século a velha província e seus testemunhos arquitetônicos até hoje comprovam o fausto de sua elite proprietária

PROCÓPIO MINEIRO

Salvo do esquecimento pelo pau-brasil, o Brasil firmou-se como área colonial viável, porém, pelo plantio da cana-de-açúcar a partir da terceira década do século XVI. Avançou pela criação de gado no século XVII, pelo surto minerador em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso no século XVIII e, no século XIX, abriu uma nova frente de riquezas: o café, no Rio de Janeiro.

Sustentáculo da economia do Império, a cafeicultura absorveu, para sua expansão, capitais antes ligados à mineração que minguarda, e representou uma profunda transformação na paisagem natural e na organização social do interior fluminense: onde havia florestas multimilenares, apareceram infinitas fileiras de cafezais; onde havia povoados, surgiram cidades; onde mal se via alguma

autoridade, as referências de poder logo se multiplicaram com os barões do café e a elite associada a seus negócios.

“Foram três gerações a marcar o período do café fluminense no Vale do Paraíba: a primeira derrubou a Mata Atlântica e formou os cafezais; a segunda, já enriquecida, torna-se a aristocracia enobrecida dos barões, e a terceira, gastadora e imprevis-

dente, enfrenta a crise da queda da produção pelo esgotamento da terra e, no momento final, a falta do braço escravo, libertado em 1888”, resume esse período o jurista, professor e historiador Fernando Tasso Fragoso Pires, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e autor, junto com Mary Del Priore e Roberto Conduru, do precioso “Fazendas do Império” (Edições Fadel, Rio, 2010, 312 p.).

O historiador destaca o atrativo que exerciam as altas cotações do café no mercado internacional para a mobilização desses capitais, antes ligados ao complexo da mineração, em direção à cultura cafeeira. São Domingos, Haiti e Cuba eram provas da prosperidade do comércio internacional do café desde o século XVIII.

A primeira expansão cafeeira, no território da Corte, beneficiou-se também da chegada da família real, diante do interesse que D. João VI logo demonstrou pelas potencialidades dessa nova cultura como mercadoria de exportação. Assim, já entre 1810 e 1820, a cidade do Rio de Janeiro começou a exportar o grão produzido em



Marc Ferrez, 1882

Ao amanhecer, os trabalhadores escravos se organizam para seguir para a lavoura

chácaras, como frisa o professor Tasso Fragoso Pires: as propriedades espalhavam-se pela Tijuca, Laranjeiras, Gávea, Inhaúma e Campo Grande, entre outros pontos do território carioca, onde os cafezais demonstraram sua viabilidade econômica.

O café entrara no Brasil por Belém do Pará, em 1727, pelas mãos do capitão-tenente Francisco de Melo Palheta, que, por ordem do governador do Pará, contrabandeara sementes de Caiena, na Guiana Francesa, com a ajuda da esposa do governador francês Claude d’Orvillier – o qual hoje é até nome de marca de café

torrado. Segundo o historiador Augusto Carlos da Silva Telles (“O Vale do Paraíba e a Arquitetura do Café”, Ed. Capivara, Rio, 2006, 208 p.), já em 1760 o café começou a ser plantado em terras cariocas, inicialmente pelo holandês João Hoppmann, na chácara de Mata Porcos, na área da atual Rua Frei Caneca. Também os frades capuchinhos passaram a cultivar a novidade na área do convento que tinham na região da atual Cinelândia.

Mas foi o médico francês Louis François Lecesne, com grande experiência nos plantios de café em Cuba e na República Dominicana, quem, em sociedade com o duque de Luxemburgo, desenvolveu a primeira grande plantação na Fazenda São Luís, no Alto da Boa Vista, chegando a possuir 50 mil pés, cuidados por 50 escravos. Logo seu vizinho, Charles Alexander Moke, seguiu-lhe o exemplo e plantou 40 mil pés de cafeeiro, também retirando a floresta para estender os cafezais. Outros estrangeiros, ainda segundo Silva Telles, ocuparam a Serra da Tijuca para o mesmo cultivo: Nicolas e Auguste Tournay, Gestas e Roquefeuil, Rohan e Say. Já em 1817, o cônsul-geral russo Barão Grigory Langsdorff iniciava sua plantação de café na famosa Fazenda da Mandioca, que adquirira em Magé, empregando a mão-de-obra de alemães sob con-

Marc Ferrez, 1882



O terreiro, o grande pátio, concentrava as atividades da secagem do grão de café

trato, na caminhada da rubiácea em direção às serras do interior.

Na verdade, essa caminhada para o Vale do Paraíba começara por volta de 1770, em Resende e Bananal, onde cafezais foram plantados com mudas levadas de chácaras de Jacarepaguá e Campo Grande, no Rio. Mas a grande difusão na região aguardaria ainda algumas décadas para acontecer, já após a Independência, com a chegada dos mineiros decididos a substituir a Mata Atlântica pela floresta dos cafezais, dando uma dimensão surpreendente à atividade.

Assim, após o ciclo carioca, o café subia definitivamente a Serra – Petrópolis, Friburgo, São João Marcos – e vai se estender pelas terras do Vale do Paraíba, tornando centros importantes povoações antes inexpressivas, como Vassouras, Valença, Barra do Piraí, Rio das Flores, ganhando também as terras paulistas do mesmo vale.

“Após 1830, quando se inicia a expansão pelo Vale do Paraíba, o café logo supera o açúcar como principal produto de exportação do Brasil”, lembra o professor Fernando Tasso Fragoso Pires. Os cafeicultores e seus associados no comércio do produto se transformam, assim, em uma elite indispensável com crescente poder político e fortunas incalculáveis. Se a República Velha pôde ser chamada de República do Café com Leite, o II Império certamente foi o Império do Café com Açúcar, pela influência desses dois ramos da elite rural riquíssima, o café vale-paraibano e o açúcar nordestino, que deram ao país uma camada proprietária crescentemente ciosa de seus interesses de classe.

Moldaram, assim, o país que engatinhava após a independência. O II Império, como mostram as teias da História, ligou sua sorte à prosperidade desses homens que se tornaram poderosos, donos de imensas terras, de infinitos cafezais e, em conjunto, de centenas de milhares de



Foto de Cristiano Mascaro em "Fazendas do Império"

Casa senhorial da Fazenda Paraíso foi construída com apurado trabalho em pedra

trabalhadores negros escravos. Algumas interpretações históricas talvez possam ser resumidas pela imagem de que o parto do Brasil independente durou 18 anos, de 1822 a 1840, quando, após as crises do I Império e as convulsões da Regência (segundo alguns, nosso primeiro momento republicano), as elites fecharam o

acordo conservador que possibilitou a sobrevivência da monarquia. Teria nascido, assim, um regime envelhecido, dirigido por um rapaz de 15 anos tutelado pelos interesses que concebiam o país como mero exportador agrícola. As limitações desse conceito do destino nacional teriam feito toda a diferença sobre a evolução



Johann Moritz Rugendas, 1835

A Mata Atlântica cedeu lugar para os cafezais, abatida em incessante trabalho de desmatamento

do país, se quisermos comparar com a evolução que, a partir da mesma época, experimentaram os Estados Unidos, que se enxergavam de outro modo.

O café, assim, foi generoso com o II Império: os impostos oriundos do produto, principal item de exportação, serão, de fato, o esteio da monarquia e aos cafeicultores se atribui o financiamento principal para sustentar a guerra contra o Paraguai, como lembra Tasso Fragoso Pires.

No século XIX, o agronegócio do café promoveu fortunas financeiras e políticas por décadas e marcou a paisagem de muitas cidades, tanto fluminenses quanto paulistas, onde os barões, viscondes, condes e marqueses desfrutavam de suas fortunas, administravam as câmaras municipais, controlavam as eleições e exerciam também suas beneméritos religiosas, culturais - como temporadas anuais de teatro com grupos europeus, como se registrava em Vassouras - e sociais, como no caso da direção das Santas Casas de Misericórdia, função sempre assumida por um dos grandes fazendeiros.

“Os palacetes que construíram nas cidades e nas fazendas comprovam o refinamento cultural que esses grandes cafeicultores desenvolveram”, explica Tasso Fragoso Pires. Essa elite estava ligada ao mundo, educava cuidadosamente os filhos, inclusive em internatos na Europa, e lia o melhor da imprensa européia, como comprovam as bibliotecas particulares remanescentes, como a da Casa da Hera, em Vassouras, da família Teixeira Leite, onde, além da grande quantidade de livros importados, encontram-se exemplares dos periódicos franceses *L’Illustration* e *Revue de Deux Mondes*, publicações de grande importância na época.

Tasso Fragoso Pires reconhece que a monocultura cafeeira atra-

Foto de Cristiano Mascaro em “Fazendas do Império”



Casa-grande da Fazenda Pau Grande, em Paty do Alferes, abriga monumental capela

sou a industrialização brasileira pela dominação de um elite presa aos interesses de seu agronegócio, sem maior visão da comunidade nacional. Daí sua resistência a temas como abolição da escravidão e outras iniciativas modernizadoras, que só a República veio a instaurar após 1889 e, principalmente, após 1930, um século depois que se afirmara o reinado do café no Vale do Paraíba.

Se o mundo do café fluminense desapareceu, seus vestígios permanecem. “Os exemplares arquitetônicos daquele período despertam admiração até hoje pelo refinamento de suas construções. Grande parte está preservada, mas muito já se perdeu por descuido e outros começam a se deteriorar de



Esta é a sala de jantar do andar térreo da Fazenda Secretário, adornada com paisagens européias

forma irremediável”, preocupa-se Tasso Fragoso Pires. Em Vassouras, ele aponta a Santa Casa de Misericórdia e o palacete do próprio Barão de Vassouras como prédios em risco de desaparecer, embora

sejam bens já tombados pelo Patrimônio Histórico Nacional.

“São bens que fazem parte de nossa História. Não podemos aceitar essa perda da memória nacional”, conclui Tasso Fragoso Pires. □

Más técnicas levaram ao colapso do ciclo fluminense

Em seu estudo “Economia do café e sociedade dirigente na Vila de Vassouras” (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro - IHGRJ, nº 17, p.157-171, Rio, 2010), o pesquisador J.C. Vargens Tambasco assinala o peso da influência da economia do café no recém-surgido Estado brasileiro, que se estruturava para deixar a herança colonial, mas, na prática, mantinha-se ligado a uma economia baseada na vida rural, com sua elite predominantemente presa à ideologia da época anterior.

“Sobremodo durante a construção daquele Estado Nacional, foi um tempo em que se rompia com a mentalidade mercantilista e a correspondente política colonial. Não obstante, mantiveram-se os valores sociais que representavam as heranças daqueles tempos de colônia dependente do Reino: as estruturas da propriedade da terra, das relações de trabalho e da economia interna”, comenta o pesquisador.

Tambasco ressalta que essa sociedade interiorana era capitalista e se fazia através de uma sociedade urbana, formada nos grandes centros, cujos valores buscavam reproduzir aqueles das sociedades capitalistas européias, com as quais se relacionava comercialmente.

Os jovens herdeiros de tradicionais famílias proprietárias, rurais

ou mineradoras, com os seus capitais iniciais, souberam multiplicá-los com a intermediação comercial de víveres (grãos, carnes salgadas, embutidos e defumados, gado em pé) e demais utilidades para servir àqueles ruralistas, bem como às necessidades em víveres do centro consumidor em que a Corte se tornara. Foram, com seus capitais assim formados, os financiadores das primeiras plantações da nova cultura que a todos empolgava, no Vale médio do Paraíba: a cultura do café.”

“Implantava-se a cultura do café, com a visão da produção de um bem de alto valor econômico, para a exportação. Conhecimentos de técnicas específicas para a condução dessa cultura, aquela sociedade pouco sabia, além de que a terra era virgem e úbere... Lançaram-se, pois, à conquista da Mata Atlântica.”, frisa Tambasco (p. 157-158).

Nos terrenos acidentados em que a monocultura se desenvolveu em geral, a disposição dos cafeeiros e a excessiva limpeza do terreno, deixando a terra nua, contribuíram para o empobrecimento do solo em poucas décadas, mesmo após milênios de fertilização proporcionada pelo arboredo da Mata Atlântica posta abaixo.

“A sociedade dirigente do complexo econômico montado no Vale

do Paraíba – onde Vassouras surge, nesta comunicação, como um exemplo de caso – mostrava-se eficaz na exploração desmedida da terra e das relações de trabalho que montara e conduzia. Por outro lado, ela se mostrava insensível para aceitar, absorver e aplicar as inovações tecnológicas para a preservação dos tratos culturais, as quais eram conhecidas desde a Segunda Revolução Agrícola, vivida na Inglaterra desde 1740, que descobrira que as correções do solo com os agentes naturais nitrificantes, fosfatizantes e do cálcio e do magnésio, aumentavam a sua produtividade” aponta Tambasco.

Práticas para salvar o solo jamais foram usadas no Vale do Paraíba. O autor de “Economia do café e sociedade dirigente na Vila de Vassouras” não acredita que houvesse falta de informação, já que em várias oportunidades, essa sociedade dirigente demonstrou saber buscar as informações tecnológicas que desejava.

“De fato, nossas reflexões para a compreensão das razões do abandono dessa lavoura no Vale do Paraíba, nos conduzem à impossibilidade econômica de recuperação da fertilidade dos solos que suportavam aquelas culturas, causada pelo tipo de exploração conduzida durante cerca de meio século”, diz Tambasco.

Uma viagem no tempo em Teresópolis

Autores contam a história da colonização da cidade serrana desde o século XVIII

ROSE ESQUENAZI*

Tem gente que reclama do engarrafamento na Linha Vermelha, no Rio, ao constatar que a viagem Rio-Teresópolis vai passar de uma hora e 15 minutos para intermináveis duas horas! O turista ou morador se envergonharia de dizer tal exagero se tivesse lido o livro *Colonização de Teresópolis* – À sombra do Dedo de Deus, de Gilberto Ferrez, de 1970. Bem escrito e documentado, além de incluir belas ilustrações, a publicação é uma porta para o passado na serra, no período que vai de 1700 a 1900. E não foram poucos os autores que se encantaram pelas belezas serranas – e registraram suas impressões. Como dirá Dom Pedro II, não há nada igual a Teresópolis.

Vamos imaginar a mesma viagem no início do século 19. O aventureiro precisava sair do cais dos Mineiros (Visconde de Inhaúma), na Praça Mauá, pouco depois do meio-dia para navegar em uma falia – embarcação usada na época. O antigo barco contava com braços de seis remadores escravos e precisava também de velas que aproveitavam a brisa marítima. O destino era o

porto de Piedade, no fundo da Baía de Guanabara. Ali funcionava um entreposto de mercadorias agrícolas que chegavam de Minas em direção ao Rio.

Se a primeira parte da viagem fosse muito cansativa, o turista podia pernoitar em um hotelzinho em Piedade, Magé. Mas, se o tempo ajudasse, ele teria a opção de fazer mais um trecho do trajeto. O transporte era simples: a cavalo, para homens, e em liteiras, para mulheres e crianças. Há muito tempo as liteiras saíram de moda, mas esse meio de transporte, feito por mulas, era importantíssimo. Corajosas e desbravadoras, as mulas carregavam tudo no lombo, de banana a couve-flor, de móveis a malas pesadas, sem nunca reclamar.

Dependendo da quantidade de chuva, dos enormes buracos de lama, chamados de caldeirões, além da disposição, pernoitava-se em Magé ou Frechal. Conhecida mais tarde como Bananal, a localidade ficava a duas milhas do sopé da montanha. No dia seguinte, cedinho, recomeçava-se a excursão por um caminho mais difícil e penoso, que mais parecia leito de rio cheio de pedras, subindo uma

pirambeira de 970 metros. A meta era o Garrafão, onde se obtinha água pura da montanha.

Voltando no túnel do tempo: até o Alto da Boa Vista – o Soberbo que conhecemos hoje – levava-se mais quatro horas por dentro da floresta. O Caminho do Couto era belíssimo, mas nada podia se comparar à vista da Baía de Guanabara, às matas e à Serra dos Órgãos que o viajante avistava lá de cima. A natureza exuberante passou a ser descrita e estudada por botânicos famosos, como George Gardner, e também por naturalistas como Charles James Fox Bunbury. Total da empreitada: um dia e meio de solavancos pela Serra.

Em *Viagem de um naturalista inglês ao Rio e Minas – 1833-1835*, Bunbury mostra seu deleite: “Depois de sair do hotel, achava-me no meio de luxuriantes florestas virgens. E então senti que estava realmente nos trópicos, e deliciei meus olhos com as estranhas e belas formas de vegetação brasileira, que mesmo desde a minha infância tinha desejado ver em seu esplendor natural. Seria difícil descrever os sentimentos

Nicolau Facchinetti - catálogo do CCBB



O vale, conhecido hoje em dia como Várzea, onde se desenvolveu a cidade de Teresópolis

de admiração e prazer despertados por esse espetáculo. A cada passo, minha atenção era atraída por alguma coisa nova, cada árvore, cada arbusto, cada flor, tinha o encanto da novidade. Em vez da uniformidade costumeira das florestas européias, havia aqui uma variedade aparentemente infinita de plantas, cada uma notavelmente distinguível de suas vizinhas por alguma peculiaridade de forma ou cor”.

Mas nem tudo eram flores no caminho e, de fato, havia o que se temer. Nos livros mais antigos, há menção de índios bravios no *certão* (sem o “s” ainda, pelo menos no relato antigo). Foram citados os índios das tribos Timbira e Coroado, Caacupês e Gurupiras. Essas duas nacionalidades, segundo o escritor Antônio Osiris Rahal, em *Imagens de Teresópolis*, “faziam parte de uma turma perigosa e assustadora”. Muitos nomes e designações na futura cidade vão manter a origem indígena. Paquequer (antes Pacacu), Imbuí, Inhumy e Guapimirim era (antes Agaupaí-mirim).

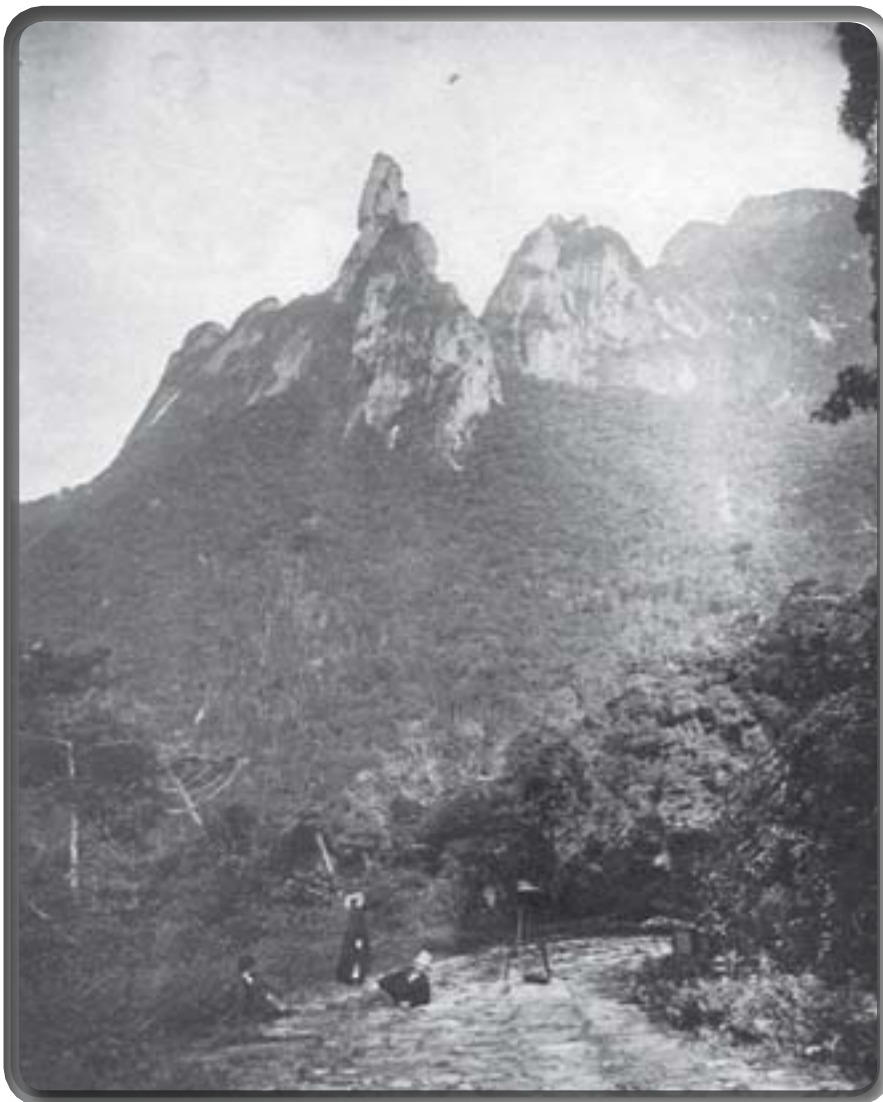
Havia também muitas onças no mato que se fartavam com pacas, tatus, capivaras, macacos, inhambus, capoeiras, jacutingas e araras. É garantido: havia onças, mas não minas de ouro, como imaginavam no século 18.

PRIMEIROS REGISTROS

A primeira sesmaria concedida na futura Teresópolis foi, segundo Gilberto Ferrez, para Diogo Coelho de Albuquerque, em 5 de setembro de 1655. Um ano depois, Antônio de Toledo Souto Maior ganhou o seu pedaço de terra. Em 16 de novembro de 1723, coube a Joseph Rodz uma sesmaria para que tivesse terra para cultivar e se sustentar. “Detraz da Serra dos Órgãos há muitas terras devolutas”, dizia o documento e assim Rodz conseguiu lavrar a terra e criar gado, contribuindo para os dízimos reais.

Muitas vezes, sem citar o lugar exato, apenas “Detrás da Serra dos Órgãos”, outros proprietários foram desbravando a área que englobava o povoado de Nossa Senhora da Piedade de Magy (futura Magé).

Foto de Marc Ferrez, 1895



Vista do Dedo de Deus, no caminho da Serra para Teresópolis

Ferrez lembra que ninguém tinha direito de exploração de minas de ouro (se existissem) ou qualquer outro metal. Não podiam retirar “paus reais”, como madeiras de lei, massaranduba e cedro. Em contrapartida, os sesmeiros eram obrigados a construir pontes, caminhos alternativos e jamais invadir as terras de pessoas eclesiásticas e de ordem religiosa.

Em 1704, abria-se a Estrada Nova de Minas, que passou a se chamar Estrada do Couto, sob a responsabilidade do guarda-mor Garcia Rodrigues Pais. Em 1723, novo trecho, passando por Estrela, vale do Rio Caioba, Córrego Seco, em Petrópolis, Padre Corrêa, Secretário, Cebolas alcançava, como ensina Gilberto Ferrez, as terras às margens do Rio Paraíba do Sul, em direção a Sapucaia. Essa variante, construída pelo sargento-mor Bernardo Soares de Proença, reduzia em quatro dias o tempo de viagem de quem vinha trazendo mercadorias de Minas.

No trajeto, pequenos povoados iam se formando ao longo da estrada e, em 1788, acima e abaixo da grande cascata Imbuy, foi registrada a existência da Fazenda do Engano. No mesmo ano, Baltazar da Silva Lisboa, intitulado “juiz de fora”, foi incumbido de estudar em detalhes a Serra dos Órgãos. A planta que ele desenhou está perdida até hoje, mas deixou para a corte portuguesa um retrato sobre aquela exuberante paisagem, que, em breve, seria subdividida em outras sesmarias, onde se plantavam cafezais.

Em 1827, a estrada era tão ruim que os primeiros moradores “suplicão”, (português arcaico) “um outro caminho”. Foram feitas melhorias segundo os relatórios sobre obras públicas assinados por Manoel José de Souza França. A estrada subia pela Barreira, onde se cobravam impostos, e chegava ao Alto da Boa Vista, ponto alto da futura Teresópolis.

PIONEIRÍSSIMO

No início do século XIX, não havia hotéis, pousadas ou campings. Não existia quase nada, a não ser a casa do “inglês” George March, que nasceu e se criou em Lisboa, e depois se mudou para o Brasil. March morou no Rio, em uma quinta elogiada por C. Schlichthorst em *O Rio de Janeiro como é (1824-1826)*. Era uma das mais belas e requintadas residências de Botafogo. Depois de alguns anos, ao conhecer as belezas da serra, ele decidiu criar ali o primeiro núcleo. March foi um desbravador na sua Fazenda Sant’Anna do Paquequer. Por volta de 1821, ele comandava uma turma de 130 escravos muito bem tratados. “Gordinhos”, diziam os visitantes, “têm expressões felizes”, admitiam outros convidados. Os escravos cuidavam dos afazeres da casa e plantavam espécies brasileiras e européias, como couve-flor, alcachofra, ervilha, morangos, nabos e peras.

Na terceira *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, um sobrinho de George March deixou as suas memórias depois de passar dois meses na propriedade, na Serra dos Órgãos. O curioso é que não há citação do nome do tal sobrinho, mas, no rodapé, historiadores brasileiros fazem várias críticas às observações do estrangeiro. Nada que retire o interesse desse olhar de espanto e de admiração àquela terra que conheceu em meados do século XIX.

O jovem March revelou que se comia bem na fazenda: feijão com toucinho, frango, presunto, pratos ingleses com carne de vaca, porco ou carneiro, empadas e guisados. Havia também algumas excentricidades, pelo menos para olhares contemporâneos. Eram servidas carnes de caça. Como não havia veado na região, os comensais se contentavam “com lagartos, papagaios, tatus e jacutingas”. Frutas em abundância faziam parte do cardápio de sobremesa, além dos *puddings* ingleses, bolos e compotas.

O rapaz era mesmo um viajante aplicado. Fez várias observações sobre o comportamento dos negros, que ele achou inteligentes ao conseguirem aprender outra língua além da sua, de origem.

Ilustração de João Maurício Rugendas (Reprodução)



O trajeto pela floresta até Teresópolis oferecia perigos, como animais silvestres

Ao chegar à casa do tio George, o inglês deu de cara com um acampamento de tropeiros. Próximos a uma grande lareira que ardia debaixo de um coberto, o estrangeiro percebeu que eles estavam mais interessados em devorar o prato de feijão.

É curioso observar que havia certo socialismo entre os primeiros habitantes da serra. “Jantar é uma espécie de mesa redonda. Todo fazendeiro é obrigado a ter casa aberta: e todos os que passam, rico ou pobre, nobre ou peão, param-lhe à porta, como se fosse uma estalagem. Jantam, dormem, almoçam e não pagam. Há mesas onde se admitem negros libertos. Indivíduos sem vestido, descalços, de pé e perna, entram na fazenda e sentam-se à mesa”.

HISTÓRIAS E LENDAS

George March deu origem a uma história curiosa, com o maior jeito de lenda. Os primeiros amigos e conhecidos do “inglês” se hospedavam em sua casa, comiam fartamente, faziam cavalgadas, dormiam com conforto, bebiam direitinho e, no último dia, recebiam a conta das mãos de um educado mordomo. Na nota “fiscal”, havia a descrição e o valor de cada afago, refeição e atividade. A história foi espalhada pelo Visconde de Taunay, que escreveu *Viagens de outr’ora*. Não dá para confiar muito porque ele trocou o nome de March para Maersch, disse que ele era alemão, e, no fim

do capítulo dedicado a Teresópolis, arrematou com as seguintes frases:

“O expediente (de cobrar a conta no fim da hospedagem) a princípio arredou as visitas, mas pouco a pouco voltaram elas: passou a *cousa* em julgado. Maersch (sic) continuou com o seu tipo de *grand seigneur*, nunca falava em pagamento. Ali, só havia distrações, obséquios, amabilidades: agradecia-se com efusão a franqueza, a liberalidade do dono da casa, mas, à porta, o implacável mordomo esperava de conta em punho, a quem se declarava farto de Teresópolis e disposto a voltar para a Côrte.”

Com o tempo, o “inglês” construiu casas próximas a sua, que chamava de *cottages*, e as alugava, principalmente para os estrangeiros que adoravam fugir do verão carioca. Lá, eles desfrutavam de um clima ameno (17 graus era a temperatura média) e da boa gastronomia local, que incluía pratos ingleses ensinados às cozinheiras brasileiras.

É difícil imaginar que, no meio da Várzea, a antiga Vargem (alguns historiadores dizem que a sede era no Alto!), erguia-se a sede da Fazenda Sant’Anna. D. Pedro era esperado ali em 1830 e estava tudo pronto para a viagem quando dona Carlota Joaquina, mãe do monarca, morreu em Portugal. A viagem foi adiada, e, em vez de comprar terras na futura Teresópolis (elevada à categoria de cidade em 1890), o monarca pre-

feriu as terras do Córrego Seco. Lá, seu filho mandou erguer Petrópolis, a cidade de Pedro. Petrópolis ficou pronta em 1843, 48 anos antes de Teresópolis (com essa denominação), desmembrada do município de Magé.

Em 23 de fevereiro de 1855, o *Jornal do Commercio* começava a publicar anúncios sobre Teresópolis, deixando de lado o nome de Freguesia de Santo Antônio do Paquequer.

“Teresópolis – antiga Serra dos Órgãos, melhor clima e localidade da província do Rio de Janeiro. Uma pessoa capaz, residente em Therezopolis (grafia da época), e que dá fiador aos seus tratos, encarrega-se da construção de prédios naquela nova povoação, que *sejão* casas de luxo ou pequenas propriedades de campo: para tratar, *dirijão-se* à rua das Violas (atual Teófilo Ottoni) nº 41, das 9 horas ao meio-dia”.

As terras dos descendentes de March começam a ser vendidas para outros ingleses como Pedro Turl, nas Pimenteiras, e James Loader, na Cova das Onças. Havia uma disputa entre Teresópolis e Petrópolis e, no *Jornal do Commercio*, essa concorrência ficou às claras no anúncio de 1856: “Incomparavelmente mais saudável do que o mais bem escolhido lugar de Petrópolis”, dizia o redator entusiasmado.

Ao visitar George March em 1828, o pastor inglês R. Walsh descreveu o que viu: “A fazenda é

constituída principalmente de pastagens, terras cujas matas tinham sido derrubadas e substituídas por fartos tapetes de capim, de lâminas largas e suculentas, cobrindo todo o solo de macio manto verde, verdejante o ano todo. (Ali se produz) abundante forragem nutritiva, onde pastavam 150 cavalos e mulas, 100 cabeças de gado preto, e outro tanto de carneiros e porcos”.

Já M. Yvan, que fazia parte da comitiva da embaixada francesa que visitou Teresópolis na mesma época, descobriu um fato inédito e ousado. March tinha duas mulheres negras, que se vestiam como ocidentais e respondiam pelo mesmo sobrenome: Mme Braone. “Sois cristão, suponho”, quis saber o francês, que sabia que poligamia combinava com “enforcamento e danação”. “Oh, oh, em França e Inglaterra seria enforcado, não há dúvida. No Brasil, não! E não serei tão pouco danado, vivo como Abraão e como Jacó... Tenho que povoar este deserto!”, teria dito George March.

Com a morte de George March em 1845, as terras da fazenda foram desmembradas. O filho Jorge ficou com o lado esquerdo da estrada de Magé, a começar pelo Soberbo, passando pela ponte do Rio Paquequer (Piscina Sloper) pela Várzea até o Imbuí e o Quebra-Frascos. O outro filho, Guilherme, ficou com o lado direito, a partir da Boa Vista (Soberbo) e depois o Alto. No livro

de Gilberto Ferrez, esse rumo judicial de 1848 separou os bairros do Alto e da Várzea.

Outras fazendas foram construídas na região, como a Soledade, dos irmãos suíços Fischer, que se tornou um hotel anos mais tarde, e Constancia, de Richard Heath. Foi a população que nomeou a cidade espontaneamente, segundo Ferrez, seguindo o exemplo de Petrópolis. A inspiração veio do casamento de Teresa Cristina com o imperador, principalmente depois que um grande proprietário, Antônio Fernandes Coelho, presenteou a imperatriz Teresa com terras. O curioso é que Teresa nunca pisou em Teresópolis, nem antes nem depois das homenagens que fizeram a ela. Mesmo assim há uma estátua da imperatriz, uma mulher baixa e franzina, bem de frente ao Soberbo, abençoando quem passa por lá.

Aos poucos, moradores abriram ruas e demarcaram novos lotes. Já havia fábrica de telhas e tijolos. Em 1890, Teresópolis registrava 100 prédios, 14 vendas, duas padarias, uma charutaria e três hotéis, uma população de 700 pessoas.

ÁGUA CRISTALINA

A qualidade da água já havia sido descrita por um médico, Júlio Moura, que acreditava no seu poder de cura, no século XIX. O líquido era tão puro “que escorria em uma grotta, revestida de begônias e avencas, no meio da serra”. A sua receita era simples: “Descanse um



A partir de 1896, os trens começaram a subir a serra, reduzindo consideravelmente o tempo de viagem

pouco, abra sua mala, tire os vidros de remédios, quebre-os um a um nas pedrinhas que bordam a bica e depois com as mãos ou com uma folha de café apanhe água, beba alguns goles e continue a viagem". Não havia nada melhor para a saúde, além do clima da serra. "Alimente-se bem, faça exercícios moderados, não apanhe sereno e deixe o resto por conta do clima. Em pouco tempo, recuperará a saúde."

Teresópolis sempre foi sinônimo de ar puro e saúde. Em 1842, o conselheiro Hobbe, que fazia parte da Legação da Rússia, disse, em francês:

"Ma santé, entierement détruite, exige que je change de climat. Je comte à cette fin après demain pour les montagnes de Orgues, chez Mr. March. A force de régime, de soins et de la tranquillité, j'espere me rétablir".

A água do Garrafão também foi elogiadíssima por Dom Pedro II, anos mais tarde. "Nunca bebi água igual em todo o Brasil", disse a João Garrafão, um sujeito gordo que tomava conta da bica.

"O clima é tão saudável em comparação com o do Rio de Janeiro, que deram à serra o nome de Montpellier do Brasil", avisou o sobrinho incógnito de George March. Em 1866, o geólogo suíço Louis Agassiz visitou Teresópolis com o botânico Auguste Glaziou e achou o lugar mais bonito do que a região dos Alpes. Depois da viagem no vapor e de quatro horas de caminhada até a raiz da Serra, os dois amigos decidiram subir a pé o restante do trajeto para admirar as espécies. Em vez de mais quatro horas, levaram sete, só em um trecho da estrada.

No livro *Colonização de Teresópolis*, Gilberto Ferrez conta que Glaziou e Agassiz seguiram por um atalho que dava no Quebra-Frascos e à fazenda de Gastão Luís Henrique de Roberto d'Escragnolle, oficial de Duque de Caxias.

Muitos ingleses moravam no novo bairro Quebra-Frascos, em grandes propriedades. Gostavam de jogar golfe e fazer piquenique, com direito a doses generosas de uísque. Ao pularem entre as pedras dos rios, muitas vezes, as garrafas se quebravam. Talvez, por isso, a região ganhou esse apelido, diz o escritor Armando Vieira.

Foto: A. Osiris Rahal



Imagem de uma liteira usada por mulheres nas viagens

"Naturalmente, o rio encachoirado deu causa a que um dos convivas, ao pular pedras roliças e escorregadias que lhe revestem o leito, quebrasse o frasco do que fosse portador, contendo o fino uísque que os bons ingleses não dispensam, principalmente em excursões – no camping – tão do seu agrado."

O médico e pesquisador Jorge Ferradeira, morador de Teresópolis, descobriu há pouco tempo que bem perto do Hotel Pinheiros, em Quebra-Frascos, havia um sanatório para tuberculosos, doença que matava antes da descoberta do antibiótico. O ar de Teresópolis, "rico em ozônio, mata o bacilo de Koch, responsável pelo contágio da tuberculose e é isótopo, com mesmo número atômico do oxigênio". Livres da doença, os pacientes começavam a quebrar os frascos dos remédios, libertando-se do medicamento.

Foi preciso que Agassiz estimulasse o passeio da família imperial às terras ocupadas por pioneiros estrangeiros.

"Sem dúvida Vossa Majestade já viu as belas fotografias da Serra dos Órgãos e das árvores do Passeio Público que o Sr. Leuzinger (editor e impressor) enviou-se ultimamente. Espero que as primeiras acabarão de vos convencer da beleza extraordinária dessa Serra e que aproveiteis a primeira oportunidade para ir gozá-las de perto".

D. Pedro II, a princesa Isabel e o conde d'Eu foram os primeiros entre os nobres a se deslumbrar, em abril de 1868, com a natureza de Teresópolis. A viagem está descrita por Antônio Martins Pinheiro em seu diário.

TRILHOS

A viagem até a Serra dos Órgãos ficou bem mais curta a partir de 1908, ao ser inaugurada a Estrada de Ferro Teresópolis. O primeiro trecho, de 22 quilômetros, entre Piedade, Magé e Raiz da Serra (Guapimirim) ficou pronto em 1896. Depois a viagem seguia como antigamente: em liteiras, cavalo ou tropa de cargas. Não era mais um dia e meio de solavancos: fazia-se o trajeto em "apenas" oito horas.

Para conseguir subir a Serra, era preciso usar o sistema de cremalheira durante 12 quilômetros. O trem parava no posto de pedágio, a Barreira, onde os passageiros desciam e entravam em outra composição, que venciam pontes em curva de 200 metros de raio sobre pilares de cantaria, a nove metros de altura.

Doze anos depois, o trem chegava à estação em frente à Praça Maurício de Abreu, atual Higino da Silveira, no Alto. O lugar ficou movimentadíssimo. Os moradores queriam receber os passageiros – parentes, turistas e ilustres cientistas – que vinham do Rio, mas não tinham hora para chegar. O maquinista



A construção da estação ferroviária foi um marco no desenvolvimento do município

podia parar na estrada para mostrar pequenos animais e aves, além de chamar atenção para os pontos turísticos. Era uma viagem inesquecível, lembram os mais antigos moradores que não se queixavam, pelo menos no início da novidade ferroviária, da falta de previsão do tempo de viagem.

O apito do trem encantava moradores e os trabalhadores da estrada de ferro, assim como o balanço dos carros passando pela vegetação exuberante. Nos fins de semana, o número de carros passava de dois para cinco, sendo que a Estação Barão de Mauá (atual Leopoldina), fervia de excitação, conforme descreve Armando Vieira em *Therezopolis*, em 1938.

“Quatro horas e quarenta minutos da tarde! Verão! Estávamos na Estação Barão de Mauá. Muito movimento, muita gente. Gente que entrava para tomar os trens a partir, gente que saía aos borbotões dos subúrbios que chegavam. Uns impedindo a passagem dos outros, cruzando-se, no grande hall atravancado, entrando e saindo, uns e outros, pelas mesmas portas! Grande confusão. Passageiros sobraçando embrulhos, suarentos. Mães puxando crianças contrariadas por não poderem comprar bugigangas no quiosque na plataforma, à espera do trem de Teresópolis que deveria partir às 5 horas, mas que ainda não estava formado!”

Apesar do cultivo de pêssegos, aspargos, alcachofras, ervilhas, couves-flores e morangos, Agassiz achou que faltavam investimentos por parte das autoridades. Era um absurdo alimentar porcos com couves-flores por dificuldades de escoamento e o alto preço do transporte. Já havia a briga pelo poder entre Petrópolis e Teresópolis.

Dom Pedro II ficou encantado com o lugar já elogiado por muitos outros visitantes. Na janela do Hotel dos Órgãos (futuro Hotel Hygino) teria dito em voz alta: “Que esplendido *logar* para a Capital do Brasil”.

Anos mais tarde, em uma carta para a Condessa de Barral, amante de Dom Pedro II, o monarca descreveu as qualidades das principais cidades serranas: “Confirmo meu juízo: Teresópolis, majestoso, Petrópolis, lindo e Friburgo, um bom lugar para descanso e de tomar fresco”. A frase foi publicada em 1959 no *Jornal do Brasil*, em uma reportagem assinada por Guilherme Auler.

Mas Petrópolis atropelou Teresópolis em relação ao status “capital” do país. No livro *Municípios e Topônimos Fluminenses – História e Memória*, de Antônio Izaías da Costa Abreu (Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro), o decreto número 27, de 6 de outubro de 1890, transferia a capital para o município de Teresópolis, sendo que a lei 43, de 31 de janeiro de 1893, ratificava a transferência que não se concretizou. O decreto, de 30 de janeiro de 1894, transferia a capital para a cidade de

Petrópolis. Abreu informa que o decreto anterior não foi revogado até hoje.

No livro *Teresópolis*, Armando Vieira faz uma apologia à cidade e ainda defende a ideia da capital. “E por que não? Quais as objeções que se poderão levantar a essa idéia? Quais os inconvenientes da mudança?” Apaixonado pela ideia, faz um resumo das qualidades que os governantes poderiam encontrar na Serra:

“Como clima, salubridade, belezas naturais, abundância d’água, espaço disponível – amplo, largo, desafogado – proximidade do principal porto do país e do seu principal centro de comunicações, facilidade de ligação aos demais centros de civilização, por estradas de ferro e rodagem, dificilmente se encontrará outra localidade que, tão bem, preencha as condições necessárias e desejadas”.

O escritor José de Alencar, que ficou famoso ao escrever *O Guarani*, sua obra romântica de 1857, localizou a sua história na futura Teresópolis.

“De um dos cabeços da Serra dos Órgãos desliza um fio de água que se dirige para o norte, e engrossado com os mananciais que recebe no seu curso de dez léguas, torna-se rio caudal. É o Paquequer: saltando de cascata em cascata, enroscando-se como uma serpente, vai depois se espreguiçar na várzea e embeber no Paraíba, que rola majestosamente em seu vasto leito”. □

*ROSE ESQUENAZI É JORNALISTA E COLABOROU PARA ESTA EDIÇÃO

Aqui é tudo preto no branco.
Até na internet.



Diário Oficial na Internet:
www.imprensaoficial.rj.gov.br

ACESSE!

O Diário Oficial agora é também 100% eletrônico. Além de poder ler o D.O. na internet, você ganha mais segurança e rapidez no envio de matérias e os atos oficiais são publicados com mais economia e agilidade.

Para anunciar ligue para uma das agências da Imprensa Oficial.

Agência Niterói: agnit@imprensaoficial.rj.gov.br Tels.: (21) 2719.2689 ou (21) 2719.2705

Agência Rio de Janeiro: agenciario@imprensaoficial.rj.gov.br Tels.: (21) 2332.6550 ou (21) 2332.6549



**A MELHOR IMPRESSÃO
DO RIO PASSA POR AQUI.**



Agora em novo endereço:

***Rua Professor Heitor Carrilho, 81
Centro - Niterói/RJ - CEP 24030-230***



D.O. GRÁTIS
NA INTERNET. ACESSAR:
impressaooficial.rj.gov.br

NOVA
Imprensa Oficial
O Espaço do Rio de Janeiro

